



CRIANÇAS NO RECENSEAMENTO 2000

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
REPÚBLICA DE CABO VERDE

CRIANÇAS
[CENSO 2000]

Catálogo recomendada:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Crianças no Recenseamento 2000

Presidente

Francisco Fernandes Tavares

Editor

Instituto Nacional de Estatística – Gabinete do Censo 2000

Sede

Av. Amílcar Cabral, CP 116

Cabo Verde

Telefone: 61.38.27

Fax: 61.16.56

E-mail: inecv@mail.cvtelecom.cv; inecv@ine.gov.cv

Impresso

Tiragem: 500 exemplares

O INE na Internet

www.ine.cv

SIGLAS, ABREVIATURAS E LEGENDAS

ADEVIC	Associação dos Deficientes visuais de Cabo Verde
ACREDIS	Associação de Crianças desfavorecidas
CDC	Convenção dos Direitos da Criança
FNUAP	Fundo das Nações unidas para a População
RBC	Reabilitação com Base Comunitária
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
PAM	Programa Alimentar Mundial
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VERDEFAM	Associação Cabo-verdiana para Protecção da Família
PMI/PF	Protecção Materna Infantil e Planeamento familiar
OIT	Organização Internacional de Trabalho

ESCLARECIMENTOS SOBRE O TEMA

**Maria de Lurdes Fernandes
Lopes – Tel.: 613827/919683**
E-mail: mlurdes@ine.gov.cv

Introdução

**I. A criança no meio
cabo-verdiano**

- 1.1.- Contexto sócio-cultural.....
- 1.2.- Estrutura Legal da Protecção da Criança.....
- 1.2.1.- Enquadramento Legal da Criança
- 1.2.2.- Intervenientes e Rede de serviços para apoio à criança
- 1.2.3. – Acordos e Convenções Internacionais

II. Considerações de ordem metodológicas

- 2.1.- Conceitos e definições
- 2.2.- Qualidade de dados.....

III. Características Demográficas

- 3.1.- Volume e repartição por sexo.....
- 3.2 – Importância relativa das crianças na população urbana e rural.....
- 3.3 – Importância relativa das crianças a nível dos concelhos
- 3.4- Estrutura por sexo e idade.....

IV. Contexto familiar e condições de vida das crianças

- 4.1.- Relações de parentesco com o chefe do agregado familiar.....
- 4.2.- As crianças nos diversos tipos de agregados.....
- 4.3.- Características educacionais.....
- 4.3.1.- Alfabetização
- 4.3.2.- Frequência escolar.....
- 4.3.3. – Nível de instrução
- 4.4.- Principal meio de vida.....
- 4.5.- Repartição das crianças segundo nível de instrução do chefe do agregado.....
- 4.6.- Condições de vida das crianças.....

V. Crianças em circunstâncias particularmente difíceis

- A- População não escolar**
- A.1.- Repartição por sexo

- A.2.- Estrutura por sexo e idade
- A.3. Repartição espacial.....

B- Trabalho das crianças

- B.1. Caracterização das crianças segundo condição perante o trabalho.....
- B.2. Estrutura por sexo e idade das crianças empregadas e desempregadas.....
- B.3. Repartição espacial.....
- B.4. – Crianças empregadas segundo relação de parentesco com o chefe do agregado.....
- B.5. -Perfil das crianças empregadas.....
- B.5.1.- Frequência escolar.....
- B.5.2.- Ocupação principal.....
- B. 5.3.- Actividade económica.....
- B.5.4.- Situação na profissão

C- População dos 12-19 anos não solteira

- C.1.-Repartição por estado civil.....
- C.2.- Estrutura por sexo e idade.....
- C.3.- Repartição por concelho.....
- C.4. – Frequência escolar e nível de instrução das raparigas.....
- C.5. –Principal meio de vida das raparigas
- C.6.- Principal meio de vida dos conjugues.....

D- Crianças portadoras de deficiência

- D.1.-Volume e repartição por sexo.....
- D.2.- Estrutura por sexo e idade.....
- D.3.- Repartição espacial
- D.4. – Tipos de deficiência.....
- D.5. –Frequência escolar.....

PRINCIPAIS RESULTADOS

**CONCLUSOES E
RECOMENDAÇÕES.....**

CONCLUSÕES.....
.....

RECOMENDAÇÕES.....
.....

BIBLIOGRAFIA

GOVERNO DE CABO VERDE/UNICEF, – “*Criança e Mulher em Cabo Verde*”
Análise da Situação, Praia, Outubro de 1997

GOVERNO DE CABO VERDE/UNICEF – “*Plano Director de Operações do
Programa de Cooperação 2000-2004*”
Praia, Maio de 2000

MINISTERIO DE SAUDE/UNICEF– « *A saúde das crianças e das famílias em Cabo Verde* »
Universidade federal de Pelotas, Brasil, Agosto de 1995

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, Gabinete de Estudos e do
Desenvolvimento do Sistema Educativo “Situação da Educação em cabo Verde e suas
perspectivas”, Março de 1998

GOVERNO DE CABO VERDE, Ministério do Emprego, Formação e Integração Social
– “Relatório Nacional sobre o seguimento da Cimeira Mundial para a Infância”
Praia, Dezembro 2000

BAPTISTA GOMES DE PINA João Domingos – “ *Crianças Infractoras na Cidade da
Praia*”
Praia, Marco de 1993

SOMMET DES PREMIERES DAMES AFRICAINES “ *Bref aperçu de la situation des
petites filles et adolescentes aux îles du Cap-Vert*”
Mararkech, Avril 2001

CAMARA MUNICIPAL DA PRAIA “ *Atelier Crianças com dificuldades de Integração
Social, no Município da Praia*”
Praia, Junho de 1998
MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, Gabinete de Estudos e do
Desenvolvimento do Sistema Educativo “*Leis de Bases do Sistema Educativo*”,
Dezembro de 1990

LISTA DOS QUADROS, GRAFICOS E ANEXOS

QUADROS

- Quadro nº1: Importância relativa das crianças segundo sexo por meio de residência
- Quadro nº2: Importância relativa das crianças segundo sexo por concelho.....
- Quadro nº3: Importância relativa das crianças segundo sexo meio de residência por concelho
- Quadro nº4: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para as crianças.....
- Quadro nº5: Evolução da estrutura por sexo e idade segundo os censos de 1990 e 2000.....
- Quadro nº6: Repartição das crianças por relação de parentesco com o chefe do agregado familiar segundo a idade
- Quadro nº7: Repartição das crianças por relação de parentesco com o chefe do agregado familiar segundo sexo
- Quadro nº8: Repartição das crianças por relação de parentesco com o chefe do agregado familiar segundo concelho.....
- Quadro nº9: Repartição das crianças por alfabetização segundo relação de parentesco com o chefe do agregado
- Quadro nº10: Repartição das crianças por frequência escolar segundo relação de parentesco com o chefe do agregado
- Quadro nº11: Repartição das crianças por nível de instrução segundo relação de parentesco com o chefe do agregado
- Quadro nº12: Repartição das crianças por principal meio de vida segundo relação de parentesco com o chefe do agregado.....
- Quadro nº13: Repartição das crianças que são filhos/enteados e sem parentesco do chefe por nível de instrução do chefe segundo meio de residência.....
- Quadro nº14: Alguns indicadores das condições de vida das crianças
- Quadro nº 15: Repartição das crianças que se encontram fora do sistema escolar por sexo.....

Quadro nº 16: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para as crianças que nunca frequentaram uma escola.....

Quadro nº 17: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para as crianças que frequentaram uma escola.....

Quadro nº 18: Repartição das crianças que nunca frequentaram uma escola por meio de residência segundo sexo

Quadro nº 19: Repartição das crianças que frequentaram uma escola por meio de residência segundo sexo

Quadro nº20: Incidência da população não escolar por concelho

Quadro nº 21: Repartição das crianças empregadas e desempregadas que já trabalharam por sexo

Quadro nº 22: Estrutura por sexo e idade das crianças empregadas e desempregadas que já trabalharam por sexo

Quadro nº 23: Repartição das crianças empregadas por meio de residência segundo sexo

Quadro nº 24: Repartição das crianças desempregadas que já trabalharam por meio de residência segundo sexo

Quadro nº 25: Incidência das crianças empregadas e desempregadas segundo sexo por concelho

Quadro nº 26: Repartição das crianças de 10 anos ou mais, por condição perante o trabalho segundo relação de parentesco com o chefe do agregado.....

Quadro nº 27: Repartição das crianças de 10 anos ou mais, por condição perante o trabalho segundo relação de parentesco com o chefe do agregado e meio de residência.....

Quadro nº 28: Repartição das crianças empregadas segundo sexo por frequência escolar

Quadro nº29: Repartição das crianças empregadas por frequência escolar segundo condição perante o trabalho e sexo

Quadro nº30: Repartição das crianças empregadas por ocupação principal segundo sexo

Quadro nº 31: Repartição das crianças empregadas segundo sexo por sector de actividade

Quadro nº 32: Repartição da população não solteira dos 12-19 anos, por estado civil segundo sexo e idade.....

Quadro nº33: Estrutura por sexo e idade da população não solteira

Quadro nº 34: Repartição das raparigas dos 12-19 anos não solteiras por frequência escolar segundo sexo e idade.....

Quadro nº 35: Repartição das raparigas dos 12-19 anos não solteiras por nível de instrução segundo frequência escolar e sexo e idade.....

Quadro nº 36: Repartição das raparigas dos 12-19 anos não solteiras por principal meio de vida segundo idade.....

Quadro nº 37: Repartição dos cônjuges por principal meio de vida segundo idade.....

Quadro nº 38: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para as crianças portadoras de deficiência

Quadro nº 39: Repartição das crianças portadoras de deficiência segundo sexo por meio de residência.....

Quadro nº 40: Incidência das crianças portadoras de deficiência por concelho segundo sexo.....

Quadro nº 41: Repartição das crianças portadoras de deficiência por tipo de deficiência segundo grupos de idade.....

Quadro nº 42: Repartição de outras deficiências segundo meio de residência.....

Quadro nº 43: Repartição das crianças portadoras de deficiência por frequência escolar segundo idade

ANEXOS

Quadro A1: População dos 0-17 anos segundo relação de parentesco com o chefe do agregado familiar por idade.....

Quadro A2: População dos 0-17 anos residente no meio urbano/rural segundo relação de parentesco com o chefe do agregado familiar por idade.....

Quadro A3: População dos 0-17 anos segundo relação de parentesco com o chefe do agregado familiar por tipologia do agregado e sexo do chefe.....

Quadro A4: População dos 0-17 anos residente no meio urbano segundo relação de parentesco com o chefe do agregado familiar por tipologia do agregado e sexo do chefe.....

Quadro A5: População dos 0-17 anos residente no meio rural segundo relação de parentesco com o chefe do agregado familiar por tipologia do agregado e sexo do chefe.....

Quadro A6: Agregados familiares com crianças segundo numero de divisões usadas para dormir e sexo do chefe do agregado

Quadro A7: Agregados familiares com crianças residentes no meio urbano/rural segundo numero de divisões usadas para dormir e sexo do chefe do agregado

Quadro A8: Repartição das crianças empregadas por ocupação principal segundo sexo e relação de parentesco com o chefe do agregado.....

Quadro A9: Repartição das crianças empregadas por situação na profissão segundo relação de parentesco com o chefe do agregado.....

Quadro A10: Repartição da população dos 12-19 anos não solteira por estado civil segundo sexo.....

Quadro A11: População dos 0-17 anos portadoras de deficiência segundo tipo por sexo e idade

GRAFICOS

Gráfico nº1: Repartição da população dos 0-17 anos por sexo.....

Gráfico nº2: Incidência das crianças na população dos concelhos.....

Gráfico nº3: Relação de masculinidade para as crianças

Gráfico nº4: Pirâmide da população não escolar

Gráfico nº5: Incidência das crianças dos 6-14 anos que se encontram fora do sistema escolar por concelho

Gráfico nº6: Repartição das crianças dos 10-17 anos segundo condição perante o trabalho.....

Gráfico nº7: Incidência das crianças empregadas por concelho.....

Gráfico nº8: Repartição das crianças empregadas por ocupação principal

Gráfico nº9: Incidência da população dos 12-19 anos não solteira por concelho

. Gráfico nº10: Incidência das crianças portadoras de deficiência por concelho

INTRODUÇÃO

A evolução crescente das crianças, tem constituído nos últimos decénios, um grande problema social, devido à degradação das suas condições de vida a nível mundial. Daí que, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Novembro de 1989, adoptou a Convenção sobre os Direitos da Criança, onde os Estados membros, reafirmaram a necessidade das crianças usufruírem de cuidados e protecções especiais.

Dada à sua vulnerabilidade, foi colocado ênfase no direito à sobrevivência, no sentido mais amplo da palavra, na protecção responsável da família, no direito ao desenvolvimento, à protecção legal bem como no direito à participação da criança em todas as questões da vida que lhe diz respeito.

O presente trabalho elaborado com base nos dados do RGHP-2000, permitirá aprofundar as questões relacionadas com as crianças em Cabo Verde, e poderá constituir um contributo importante para avaliação da aplicação dos princípios da CDC e das metas atingidas, segundo os objectivos da Cimeira Mundial para a Infância.

Em modos gerais, pretende-se alcançar os seguintes objectivos específicos:

1. Analisar as características demográficas das crianças;
2. Analisar o contexto familiar e condições de vida das crianças;
3. Identificar e caracterizar um grupo específico desta população, denominado crianças em circunstâncias particularmente difíceis.

Estes objectivos vão de encontro ao primeiro objectivo específico do RGPH-2000 que consiste em fornecer informações sobre o estado, a estrutura, as características socio-culturais e económicas da população.

Este estudo abrange toda a população residente nos agregados familiares com idade compreendida entre 0-17 anos e revela-se de grande importância na medida em que:

1. É a primeira vez que em Cabo Verde se analisa a situação das crianças, com base nos dados recolhidos através de um Censo;
2. Facultará informações aos diferentes programas e projectos, que visam a defesa dos direitos da crianças, tais como o Plano Nacional de Acção para Criança, o Plano Director de Operações do Governo-UNICEF;
3. Fornecerá alguns indicadores do Plano de Acção da Cimeira Mundial para a Infância;
4. Apoiará as autarquias locais, as instituições e organizações defensoras de direitos das crianças na identificação de problemas bem como na actualização de informações para as acções no âmbito do desenvolvimento das políticas sociais;
5. Proporcionará aos cidadãos em geral, informações pertinentes de modo a criar uma sociedade civil mais informada a respeito da situação da criança e consequentemente mais participativa na defesa dos seus direitos.

Na literatura existem já muitos estudos sobre a situação das crianças em Cabo Verde. Contudo, as análises foram elaboradas, de um modo geral, com base em inquéritos,

com dificuldade de abrangência nacional, restringindo-se as informações a um ou dois concelhos bem determinados não permitindo obtenção de informações a nível nacional.

O Censo, dado à sua cobertura exaustiva, apresenta a vantagem de poder fornecer informações, a nível de todas as divisões administrativas do país, compreendendo as mais pequenas unidades, que permitirão definir estratégias de intervenção dirigidas às políticas de descentralização. Entretanto, estas informações apenas permitirão fazer uma análise fundamentalmente descritiva, impossibilitando assim, determinar as causas referentes aos factos constatados durante a análise.

O presente trabalho compreende cinco (5) capítulos:

- O primeiro apresenta uma breve abordagem sobre “ a criança no meio cabo-verdiano”, nomeadamente, o contexto sócio-cultural e político em que estão inseridas;
- O segundo refere-se a abordagem metodológica;
- O terceiro, analisa as características demográficas ;
- O quarto faz uma caracterização do contexto familiar a condições de vida das crianças, e o quinto caracteriza as crianças em circunstâncias particularmente difíceis.

Serão apresentadas as principais conclusões e recomendações com vista ao aprofundamento de questões concernentes ao tema. Em anexo, inclui-se uma listagem da literatura publicada sobre a situação da criança. Os resultados serão apresentados a nível nacional, urbano/rural e concelhos. Quando os dados o permitirem, será efectuada análise comparativa com os resultados de outros estudos, nomeadamente os Censos de 1980 e 1990.

I. A CRIANÇA NO MEIO CABO-VERDIANO

1.1. Contexto socio-cultural

A sociedade cabo-verdiana caracteriza-se por uma poligamia informal, por ser uma organização social onde ocorrem múltiplos parceiros, originando vários tipos de estruturas familiares, nomeadamente, filhos de várias uniões a viverem no mesmo agregado, mães adolescentes, casais com filhos, uniões múltiplas, pais separados, mães solteiras, crianças a viverem sozinhas etc. Estas diferentes estruturas familiares assumem grande importância quando se aborda o problema da criança, visto que, dado à sua complexidade e especificidade não deve ser abordada isoladamente, mas sim, no âmbito da família como sua instituição socializadora.

Quanto à coabitação dos filhos de uniões anteriores no agregado, algumas pesquisas consideram que quanto aos homens não existem diferenças no tratamento dado aos seus filhos tidos dentro ou fora do lar, enquanto que, para as mulheres, os chamados “*filhos de fora*” apresentam maiores problemas, uma vez que, a maior parte do progenitor não assume a responsabilidade destes. De acordo com essa argumentação, não é de se surpreender o facto de encontramos com alguma frequência, crianças a viverem com familiares da parte materna, quando a mãe passa a coabitar com o cônjuge mais recente.

Pode ocorrer na vida familiar alguns problemas relacionados com a resistência dos homens em se responsabilizarem pela educação dos filhos. Esta atitude pode afectar o bem estar da criança, na medida em que, exige da mulher, esforços adicionais, como uma maior participação no mercado de trabalho, muitas vezes com o envolvimento dos filhos, sendo nestas circunstâncias, as condições de vida do agregado, a determinar que seja a própria família, responsável pela participação da criança no mercado de trabalho.

O abandono e os abusos sexuais de menores, são infelizmente práticas existentes na nossa sociedade. Embora possam existir em todos os níveis da hierarquia social, os casos de abuso sexual registados referem-se maioritariamente às famílias das classes sociais mais desfavorecidas. Apesar das informações disponíveis não permitirem determinar a proporção exacta de abuso sexual incestuoso, constata-se que a maior parte dos casos ocorre no contexto familiar, sendo o infractor muitas vezes o pai ou padrasto.

O *abandono* afecta principalmente as crianças dos 0-3 anos de idade as quais na maioria das vezes são entregues aos cuidados dos irmãos mais velhos, na sequência das ausências da mãe que se desloca à procura de meios de sobrevivência familiar. É comum, quando da emigração as crianças serem entregues aos cuidados dos avós ou de outros parentes, o que provavelmente poderá acarretar diferenças em termos de oportunidades para o seu integral desenvolvimento.

A política de saúde definida no PND 1997-2000 e o *Plano de Acção da Cimeira Mundial para a Criança*, assentam-se nos princípios básicos de equidade na prestação dos cuidados de saúde, isto é, vacinação, acompanhamento do crescimento, luta contra as principais causas de mortalidade, educação sanitária, educação das mulheres adultas etc.

É assim que, o serviço de Protecção Materno Infantil/Planeamento Familiar, através da prestação de cuidados pré-natais à mulher grávida e atenção à criança durante o primeiro ano de vida e sua segurança alimentar, procura materializar as orientações que visam a protecção da criança. Em 1999, os níveis de cobertura do PMI/PF, foram considerados satisfatórios em todos os concelhos tendo sido observados em primeira consulta 81% das crianças menores de um ano. Contudo, apesar da evolução positiva de alguns indicadores de saúde infantil, continua a registar-se uma incidência significativa de doenças que têm a ver com situações ligadas à falta de hábitos de higiene e de salubridade do meio, como as doenças infecto-contagiosas e parasitárias, doenças respiratórias de afecções peri-natais, e que constituem as causas principais da mortalidade infantil.

O acesso à educação constitui um desafio das autoridades do sector e dos pais e encarregados de educação, que não têm poupado esforços, para assegurar a escolarização a partir do pré-escolar. Embora o Governo reconheça que o pré-escolar seja um investimento necessário e desejável na preparação das crianças para o ingresso no EBI, convém sublinhar que este sub-sistema encontra-se quase que exclusivamente sob a responsabilidade das autarquias locais, as ONG's, entidades privadas e religiosas bem como algumas instituições publicas.

Na década de noventa, os indicadores de escolarização mostram uma evolução positiva com paridade entre os sexos. Todavia, ainda verifica-se dentro da família, alguns casos de comportamentos discriminatórios da divisão dos papéis entre os sexos, que limita as mulheres ao mundo doméstico, dos filhos e da casa. Por conseguinte, os direitos de participação e desenvolvimento das meninas, são muitas vezes condicionados a partir do próprio seio familiar

As influências exteriores à escola aliadas às dificuldades de subsistência das famílias, têm sido decisivas para a existência de um significativo numero de *crianças na rua e de rua*, principalmente nos principais centros urbanos do país, muitas das quais, à procura de esquemas mais fáceis de sobrevivência, conduz para caminhos sinuosos incluindo o roubo e realização de serviços ilícitos, como prostituição e tráfico da drogas, muitas vezes com o recurso à violência.

Daí que, as transformações políticas e económicas que a sociedade atravessa, exijam também uma resposta social, para enfrentar os novos desafios, com a adopção de posturas que não «romantizem» nem «infantilizem» as crianças, mas que sejam reconhecidas como cidadãos de direitos (Keil:1999).

1.2- Estrutura Legal da Protecção da Criança

1.2.1 - Enquadramento Legal da Criança

Em Cabo Verde, o conceito legal de menores coincide com o da Convenção dos Direitos da Criança, sendo considerado menor, de harmonia com o Artigo 4º do código de menores e Artigo 133º do Código Civil, todo o ser humano que tiver menos de 18 anos. Desde à Independência, que a problemática da protecção e desenvolvimento da criança tem estado no centro das preocupações dos sucessivos Governos.

Todavia, hoje, o novo ordenamento legal e constitucional cabo-verdiano está marcado por uma inovadora concepção da infância, atribuindo-lhe a condição de cidadã, cujo direito à protecção integral deve ser assegurado não só pela família, como também pela sociedade e pelo poder público, com *prioridade absoluta*.

Nesta perspectiva, as leis que norteiam actualmente o atendimento das crianças em Cabo Verde pautam-se pela concretização dos princípios consagrados na Convenção dos Direitos da Criança, à qual Cabo Verde aderiu formalmente em 1991:

- A Constituição da República de Cabo Verde de 1999, que estabelece entre outros:
 - i) O direito da família à protecção e assistência da sociedade e do estado, de modo a permitir a criação de condições para o cumprimento da função social e realização pessoal dos seus membros;
 - ii) O dever de prestação de assistência, designadamente quanto à alimentação, guarda e educação pelos pais, aos filhos nascidos dentro e fora do casamento;
 - iii) O direito e o dever da educação a todos os cidadãos, assegurando o Estado o Ensino Básico gratuito de carácter obrigatório e universal;
 - iv) O direito à saúde e o dever de defender e promover a todos os cidadãos independentemente da sua condição económica, com ênfase especial na redução dos indicadores de mortalidade e morbilidade e nas actividades de saúde materno-infantil;
 - v) Proibição do trabalho de crianças em escolaridade obrigatória;
 - vi) O direito dos portadores de deficiência à protecção da família, da sociedade e dos poderes públicos, para a prevenção, tratamento, reabilitação, reintegração social e participação na vida activa, bem como a organização e o apoio à sua integração no ensino e na formação profissional.
- O Código de Menores, que define os seguintes direitos (Artigos 19º a 21º):
 - i) O direito ao nome;
 - ii) O direito a crescer e desenvolver de maneira saudável;
 - iii) O direito a conhecer os pais;
 - iv) O direito à alimentação;
 - v) O direito a não ser separado da família;
 - vi) O direito a não trabalhar prematuramente;
 - vii) O direito a não sofrer de maus tratos corporais e morais;
 - viii) O direito á instrução básica elementar.

O Código Penal, o Código do Processo Civil, e o Regime Jurídico Geral das Relações de Trabalho, são outros tantos diplomas que apesar do seu carácter geral, também contemplam nas disposições aplicáveis, mecanismos legais de protecção da infância.

Importa ainda enunciar alguma legislação avulsa, entre as quais:

- *Lei n.º 9/III/86 de 31 de Dezembro*, que visa a protecção da criança desde o período de gestação e estabelece uma pena de 2 a 8 anos de prisão, para o aborto cometido por uma pessoa diferente da mulher grávida e sem o seu consentimento;

- *Decreto-Lei 78/79 de 25 de Agosto* que pune os abusos sexuais. Considera a idade de 16 anos para a maioridade sexual e impõe um agravamento especial da pena para os casos em que a menor vítima não tenha completado 12 anos de idade ou em que tenha havido violência;

- *Decreto-Lei n.º 62/87 de 30 de Junho* que fixa a idade de 14 anos para a contratação laboral de menores, sob pena de nulidade, a requerimento dos seus pais ou demais representantes legais, por falta de consentimento destes para o contrato;

- *Lei n.º 103/III/90 de 29 de Setembro* que define os princípios fundamentais da organização e funcionamento do sistema educativo. Considera o EBI como ensino básico universal e obrigatório com um ciclo de seis anos de duração e fixa os seis anos como a idade para o ingresso no sistema, sem contudo, definir a idade limite da obrigatoriedade de frequência.

Estes direitos, consagrados na Lei e regularmente sustentados em declarações políticas, não beneficiam na realidade pratica, todos os cidadãos do país, devido à exclusão que advém não só da deficiente aplicação destes direitos, mas também por deixar transparecer a necessidade de adequação e organização dos serviços com responsabilidade no atendimento à criança .

1.2.2 - Intervenientes e rede de serviços para apoio à criança

A rede de oferta de serviços de apoio á criança distribuí-se entre instituições publicas e privadas:

- *Autarquias Locais* que intervém principalmente no atendimento ao pré-escolar
- *Estado:*
 - *Instituto Cabo-verdiano de Menores* que intervém na promoção e salvaguarda dos direitos da criança em articulação com:
 - Procuradoria de Menores;
 - Juízos de Família;
 - Conservatória de Registo Civil.
 - *Ministério da Educação e Desportos* que intervém no ensino e ocupação dos tempos livres;
 - *Unidades Sanitárias de Base*, e os serviços de *Protecção Materno- Infantil* que intervém na prestação de cuidados de saúde primários;
 - *Direcção Geral da Promoção Social* que intervém junto ás famílias vulnerabilizadas pela pobreza , com o objectivo de lhes garantir condições adequadas para que possam assumir cabalmente a sua função na educação da criança;
 - *Instituto do Emprego e Formação Profissional* que intervém na formação profissional;
 - *Direcção Geral do Trabalho* que intervém na regulamentação do trabalho de menores e sua aplicação.
- *Organizações Nacionais, Internacionais e Sociedade Civil:*
 - UNICEF, PAM, PNUD, UNESCO, FNUAP, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia, BorneFonden, Fundação Calouste Gulbenkian, Cooperações Alemã, Austríaca, Holandesa, Luxemburguesa, Brasileira, Portuguesa;
 - VERDEFam, ACRIDES, RBC, ADEVIC, Caritas cabo-verdiana, Cruz vermelha, Associação dos Amigos da Criança.

1.2.3. Acordos e Convenções Internacionais ratificados pelo Governo de Cabo Verde

Cabo Verde é parte da *Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança*, da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, da *Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, Protecção e Desenvolvimento da Criança*, da *Convenção sobre a*

Cobrança de Alimentos no estrangeiro e da Convenção sobre Cobrança de Alimentos celebrada com Portugal.

Estas convenções não só corporizam normas internacionais sobre a protecção e garantia de efectivação dos direitos da criança no território de qualquer dos Estados partes contratantes, como também constituem compromissos internacionais de relevante valor persuasivo para as reformas legislativas, concepção e execução de políticas para a criança.

Coerente com a importância concedida às questões ligadas à criança, Cabo Verde fez-se representar na Cimeira Mundial da Criança realizada em 1990 e na Conferência Internacional sobre a Assistência à Criança Africana realizada em 1992.

Segundo compromissos adoptados a partir da Cimeira Mundial, foi realizado o Encontro Nacional da Política Social para a Infância e Adolescência tendo as suas prioridades e recomendações constituído a Declaração Nacional da Política Social para a Infância, cujas preocupações foram incorporadas nas Grandes Opções do Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual defende que o Estado não deve ser o único executor das políticas sociais, mas, um dos participantes ao lado do sector privado e organizações da sociedade civil, cabendo-lhe o papel de facilitador à livre iniciativa no sector social, regulamentado e fiscalizando a actividade privada e pública.

Na realidade, constata-se que a moldura institucional evoluiu muito, os ganhos relativos ao direito das crianças em diversos domínios, são inegáveis, mas desafios novos não deixam de surgir.

II- CONSIDERAÇÕES DE ORDEM METODOLÓGICA

A idade constitui a única variável que nos permite caracterizar a criança. Essa informação foi obtida através de duas perguntas directas: a primeira “*Indique o mês e ano de nascimento*” e, a segunda, “*Quantos anos tem?*” que complementava a questão anterior, permitindo assim ao inquiridor verificar a exactidão. Para maior fiabilidade dos dados, foram feitas recomendações no sentido de, em caso de duvidas, se recolher a informações sobre a idade através de documentos de identificação do indivíduo, e em caso de dificuldade na obtenção de resposta, o recurso ao calendário histórico para ajudar a precisar a data.

A população abrangida neste estudo, é a de ambos os sexos, residente nos agregados familiares, com idade compreendida entre 0-17 anos. A análise será efectuada com base nos efectivos por idade simples, mas, serão identificados alguns grupos de idade considerados pertinentes para as políticas e programas de Desenvolvimento Infantil e de Educação em Cabo Verde.

No que se refere à frequência escolar, serão considerados grupos dos 4-5 anos para a frequência do pré-escolar e dos 6-14 anos para o Ensino Básico Integrado, apesar de não estar regulamentada a idade limite do término da obrigatoriedade da frequência no Ensino Básico Integrado (EBI) e das estatísticas da educação demonstrarem existência de um certo numero de crianças com idade superior a 14 anos nesse subsistema.

Para caracterização do estado civil será considerada a população dos 12-19 anos. O alargamento da idade até aos 19 anos, foi no intuito de disponibilizar informações que melhor sirvam aos programas da área de saúde sexual e reprodutiva, cuja população alvo é desta faixa etária. Para análise deste subcapítulo, a população alvo será agrupada em duas categorias: a com idade compreendida entre 12-15 anos e aquela com idade compreendida entre 16-19 anos. As diferentes modalidades do estado civil constantes no boletim do agregado familiar, serão agrupadas em duas categorias:

1. *População unida* ou seja aquela que se encontra casada ou em união de facto;
2. *População alguma vez unida* ou seja aquela que se encontra separada, viuva ou divorciada.

Apesar da legislação laboral, proibir a contratação de menores de catorze anos, esta questão foi formulada a todos os indivíduos de 10 anos ou mais, afim de permitir avaliar a incidência do trabalho das crianças com idade de escolaridade obrigatória, situação punível no quadro da legislação vigente. Para efeitos de análise foram considerados os grupos dos 10-14 anos para os quais existe a interdição de trabalhar e o dos 15-17 anos, para os quais não existe interdição.

Para caracterização das crianças *portadoras de deficiência* os diferentes tipos de deficiência foram agrupados em três grupos:

- *Grupo de deficiência motora* que engloba a paralisia cerebral, paralisia total, paralisia do membro superior/inferior, paralisia do lado esquerdo/direito, outras deficiências motoras, e múltipla motora.

- *Grupo de outras deficiências* que incluiu a deficiência visual total ou parcial, a deficiência auditiva parcial ou total, a deficiência da fala e deficiência múltipla outra
- *Grupo de deficiências múltiplas* que corresponde a uma combinação da deficiência motora e outra deficiência.

Apesar das informações estarem disponíveis até ao nível da menor divisão administrativa do país, neste trabalho os resultados serão apresentados a nível nacional, urbano/rural e concelhos. Sempre que os dados permitirem, será feita comparações com outras fontes, nomeadamente os Censos de 80 e 90.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

1) Criança

São todos os indivíduos com idade inferior a 18 anos. Este conceito vai de encontro com o conceito de criança definido no Código de Menores em Cabo Verde e do artigo 1º da Convenção dos Direitos da Criança.

2) Crianças em circunstâncias particularmente difíceis

Em consertação com as organizações nacionais de defesa dos direitos da criança, definimos em conjunto “crianças em circunstâncias particularmente difíceis” como sendo àquelas abrangidas no elenco de situações abaixo indicadas:

1. Têm idade escolar mas entretanto estão fora do sistema;
2. Vivem em agregados familiares onde ninguém trabalha;
3. São chefe de agregados familiares;
4. Pertencem ao grupo de crianças de rua;
5. Trabalham antes da idade permitida pela lei;
6. Portadores de deficiência menores de 15 anos.

3) População Activa – Conjunto de indivíduos de ambos os sexos, com idade mínima de 10 anos que, na semana de 09 a 15 de Junho, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entravam no circuito económico.

Esta população tem duas componentes:

a) População Empregada

População com idade mínima de 10 anos que, na semana de 09 a 15 de Junho, se encontravam numa das seguintes situações:

- a) Trabalharam pelo menos 1 hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- b) Não trabalharam mas mantinham um vínculo com a entidade empregadora, por razões tais como férias, maternidade, greves, formação profissional, Tc;
- c) Tinha um empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por qualquer razão;
- d) Militares de carreira ou a prestar o serviço militar obrigatório;
- e) Aprendiz ou estagiários que recebem uma remuneração em géneros ou em dinheiro;
- f) Estudantes, domésticos(as), reformados, que se encontrem numa das situações acima referidas.

b) População Desempregada

População com idade mínima de 10 anos que, na semana de 09 a 15 de Junho, se encontravam nas seguintes situações:

- a) *À Procura de Novo Emprego* – Indivíduo que já tinha trabalhado e estava à procura de um emprego.
- c) *Disponível para Trabalhar*- isto é, queria trabalhar e estava imediatamente disponível para trabalhar, mesmo sem remuneração;

4) População Inactiva – Conjunto de indivíduos de ambos os sexos, qualquer que seja a sua idade que, na semana de 09 a 15 de Junho, não podiam ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados nem desempregados.

Constituem a população inactiva os seguintes grupos de indivíduos:

- a) *Doméstica(o)* – Indivíduos de ambos os sexos que, não tendo emprego nem estando desempregados, na semana de 09 a 15 de Junho, se dedicaram exclusivamente às tarefas domésticas, nos seus próprios lares;
- b) *Estudantes* – Indivíduos que frequentam uma instituição educativa regular, pública ou privada (incluindo curso de formação profissional que não seja da responsabilidade de uma entidade empregadora), e que não exerciam uma profissão nem estavam desempregados;
- c) *Reformada(o)* – Indivíduos que, não tendo trabalhado na semana de 09 a 15 de Junho, recebiam por tal facto, uma pensão de reforma, aposentação, velhice ou reserva;
- d) *Incapacitada(o)* – Indivíduos com idade mínima de 10 anos que, na semana de 09 a 15 de Junho, não trabalharam por se encontrarem permanentemente incapacitados para o trabalho.
- e) *Outras Situações* – Indivíduos que não estejam incluídos nas situações anteriores, designadamente, pessoas que viviam de rendimentos, crianças que ainda não frequentavam um estabelecimento de ensino.

5) Profissão – É o ofício, ou a modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõe conhecimentos semelhantes.

Os indivíduos que exerceram mais do que uma profissão indicaram apenas a profissão principal, isto é, aquela que lhes ocupou mais tempo.

Se na semana em referência, o indivíduo exerceu uma profissão diferente daquela que desempenhava habitualmente, *indicou a profissão habitual*.

6) Situação na profissão – Refere-se sempre à profissão principal desempenhada pelo indivíduo activo, no caso deste ter mais de uma profissão. No caso de não Ter estado a

trabalhar na semana em referência, considerou-se apenas a situação na última vez que exerceu a sua profissão. Inclui as seguintes componentes:

a) ***Trabalhador da administração pública***

Trabalha por conta do Estado, isto é, num serviço ligado à Administração Central ou à Administração Local, recebendo em troca uma remuneração.

b) ***Trabalhador do sector empresarial privado***

Trabalha por conta de uma empresa de capitais maioritariamente privados, nacionais ou estrangeiros, mediante uma remuneração. Inclui os trabalhadores do sector cooperativo.

c) ***Trabalhador de empresa pública***

Trabalha por conta de uma empresa de capitais maioritariamente públicos, mediante uma remuneração.

d) ***Trabalhador por conta própria***

Se trabalha por sua conta ou em associação e não tinham habitualmente trabalhadores remunerados.

e) ***Patrão/empregador***

Se é dono, sócio ou accionista maioritário de uma empresa ou exploração agrícola na qual exerce a sua profissão principal e tinha, habitualmente, um ou mais trabalhadores remunerados ao seu serviço.

f) ***Trabalhador familiar sem remuneração***

Se trabalhou numa actividade económica familiar, sem receber remuneração.

g) ***Outra situação***

7) Sector de actividade económica

É uma variável derivada, não sendo por isso objecto de recolha directa.

É a agregação dos ramos de actividade económica por forma a que seja possível caracterizar a actividade económica de forma mais sintética, adoptando critérios de homogeneidade habitualmente apresentados da seguinte forma:

- a) ***Sector Primário*** – Consiste na agregação das secções da CAE-CV referentes à Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Pesca e Indústrias Extractivas, isto é, o somatório das secções A, B e C;

- b) **Sector Secundário** – É constituído pelas secções D, E e F da CAE-CV, isto é, Indústria Transformadora, Produção e Distribuição de Água e Electricidade e Construção;
- c) **Sector Terceário** – Constituído pelo conjunto dos serviços, isto é, a agregação das Secções G a Q.

8) Sector do emprego

É também uma variável derivada.

É o tratamento da variável Situação na Profissão que permite agregar o emprego em dois sectores fundamentais:

a) **Sector Público**

- Administrativo
- Empresarial

b) **Sector Privado**

- Sociedades (SPQ,SARL,COOP)
- ENI e entidades equiparadas (unidades económicas do tipo familiar)
- c) **Outro**

9) Principal meio de vida

É a fonte dos meios necessários à subsistência do indivíduo nos últimos 12 meses anteriores ao momento da recolha, isto é, a origem dos meios necessários para suprir as necessidades com a alimentação, vestuário, habitação, etc. No caso do indivíduo possuir mais de uma fonte de rendimento, indicou apenas a principal.

- a) **Trabalho** - Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que viveram principalmente do seu trabalho, remunerado ou não, ou estiveram a cumprir o serviço militar.
- b) **Rendimentos de propriedade/empresa** - Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos cuja fonte principal de rendimentos são rendas de propriedades, juros, lucros, dividendos, direitos de autor, etc.
- c) **Pensão paga pelo Estado de Cabo Verde** - Quando a fonte de rendimento é uma pensão de reforma ou aposentação por velhice, pensão de reserva, de invalidez, por acidente de trabalho ou doença profissional, pensão social mínima, etc., paga pelo Estado cabo-verdiano ou por uma entidade estrangeira, pública ou privada.
- d) **A cargo da família residente em Cabo Verde** – Quando o indivíduo vive a cargo da sua família residente em Cabo Verde.

e) ***A cargo da família residente no estrangeiro*** - Quando o indivíduo vive a cargo da sua família residente no Estrangeiro.

f) ***Outro***

Incluem-se nesta categoria todas as situações não incluídas nas posições anteriores, designadamente, os indivíduos cuja principal fonte de rendimentos são o Apoio Social do Estado, apoio das Instituições Particulares Sem Fins Lucrativos e Bolsas de Estudo.

QUALIDADE DE DADOS

Uma das principais fases do trabalho estatístico consiste no tratamento da informação recolhida. Esta informação é sujeita à análise qualitativa para se aferir da sua qualidade. Nesse processo estão os procedimentos de controlo de coerência interna dos dados que nos permitem identificar os principais erros cometidos, principalmente, na recolha, codificação e digitação dos dados.

A análise de coerência interna dessas informações permitiu-nos classificar a pessoa mais velha do agregado como chefe quando aparecem mais de um chefe no agregado, e, se existir mais de um conjugue, classificar um deles como sem parentesco após ter analisado a idade, sexo, e todas as outras informações que se seguem no questionário.

Este procedimento de coerência incide sobre a totalidade das variáveis e suas modalidades, permitindo, na fase de tratamento, corrigir uma grande parte dos erros cometidos. Alguns erros não foram corrigidos por falta de informação objectiva que permita a sua correcção. Nesta fase proceder-se-á à análise de coerência externa dos dados, fundamentalmente através de comparação com outras fontes que não o próprio censo. Este processo não constitui objecto deste capítulo.

A primeira constatação sobre os dados apurados a nível da variável *relação de parentesco*, é a estabilidade da estrutura dos dados bruto (Ver quadro seguinte). Após a sua correcção não se verificaram alterações relevantes ao nível dos percentuais na estrutura, tendo havido, sobretudo um aumento dos Indeterminados de 0,4% para 0,6%. O aumento verificado a nível do total (de 431.775 dados brutos para 431.989 para apurados), deve-se sobretudo aos indivíduos que no ficheiro bruto tinham situação de residência indeterminada e que foram corrigidos para Residente Presente (RP). No universo de 431.988 indivíduos, 2.607 não responderam à questão sobre relação de parentesco, equivalente a 0,6% da população total.

Os dados brutos sub-avaliaram os enteados a favor dos filhos, outro parentesco e sem parentesco a favor dos conjugues. Após correcção à base foram acrescentados aos enteados 675 indivíduos, aos outros parentesco 563, aos sem parentesco 118, e aos chefes 45, resultantes principalmente da diminuição dos filhos (964) dos conjugues (722) e pai/mãe (245) e neto (104), facto que pode estar relacionado com a idade dos indivíduos. Isto é, todos os indivíduos com idade muito elevada para ser filho ou neto do chefe, foram corrigidos para outro parentesco ou sem parentesco. No entanto, a estrutura mantém-se praticamente inalterada, reflectindo os dados brutos a boa

qualidade desta variável. A maior diferença percentual na estrutura verifica-se a nível dos filhos que reduziram em 0,3 pontos percentuais.

Relação de parentesco	Dados Brutos		Dados apurados		Diferença	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	431775	100	431988	100	213	
Chefe	93929	21,8	93974	21,8	45	0
Conjuge	47085	10,9	46363	10,7	-722	-0,2
Filho	195381	45,3	194417	45	-964	-0,3
Pai/mãe	3531	0,8	3286	0,8	-245	0
Irmão	6589	1,5	6583	1,5	-6	0
Neto	48825	11,3	48721	11,3	-104	0
Genro/nora	2627	0,6	2625	0,6	-2	0
Sobrinho	9259	2,1	9256	2,1	-3	0
Enteado	6137	1,4	6812	1,6	675	0,2
Outro parentesco	7393	1,7	7956	1,8	563	0,1
Sem parentesco	9270	2,1	9388	2,2	118	0,1
NR	1749	0,4	2607	0,6	858	0,2

A imputação de valores nas diversas modalidades das respostas permite-nos constatar que cerca de 32% das imputações incidiram sobre os Indeterminados, 23% sobre enteados e 19% sobre outro parentesco.

Numero de imputações feitas à variável relação de parentesco

Relação de parentesco	Numero de imputações	Percentagem
Chefe	275	9,3
Conjuge		
Filho	171	5,8
Mãe		
Irmão		
Neto	181	6,1
Sobrinho		
Enteado	676	22,9
Outro parentesco	567	19,2
Sem parentesco	131	4,4
NR	946	32,1
Total	2947	100

Em relação à variável idade nota-se também que a estrutura entre os dados brutos e apurados da população com idade compreendida entre 0-17 anos praticamente mantém-se, correspondendo em ambos casos cerca de 49% da população total (Ver quadro

seguinte). Entretanto, observam-se pequenas variações a nível de algumas idades resultantes de incompatibilidades entre idade e data de nascimento declarada. Estas incompatibilidades foram resolvidas a nível dos filtros. A maior diferença percentual em relação à estrutura dos dados verifica-se aos zero e dose anos, com um aumento de 0,2% e aos nove e onze anos com uma diminuição de 0,3%

Idade	Dados Brutos		Dados apurados		Diferença	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	212592	100	213108	100	516	100
0	9510	4,5	9999	4,7	489	0,2
1	10493	4,9	10465	4,9	-28	0,0
2	11165	5,3	11185	5,2	20	0,0
3	11661	5,5	11226	5,3	-435	-0,2
4	11759	5,5	11959	5,6	200	0,1
5	12536	5,9	12727	6,0	191	0,1
6	12500	5,9	12491	5,9	-9	0,0
7	12594	5,9	12659	5,9	65	0,0
8	13243	6,2	13269	6,2	26	0,0
9	13470	6,3	12902	6,1	-568	-0,3
10	13017	6,1	13541	6,4	524	0,2
11	13063	6,1	12560	5,9	-503	-0,3
12	12921	6,1	13326	6,3	405	0,2
13	12256	5,8	12284	5,8	28	0,0
14	11411	5,4	11400	5,3	-11	0,0
15	10695	5,0	10767	5,1	72	0,0
16	10439	4,9	10453	4,9	14	0,0
17	9859	4,6	9895	4,6	36	0,0

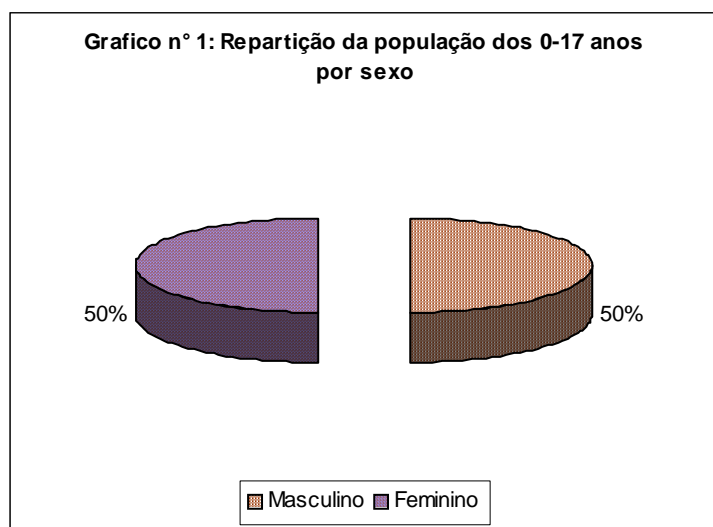
III. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Conforme definido na metodologia, a população abrangida neste estudo, é a de ambos os sexos residente nos agregados familiares com idade compreendida entre 0-17 anos. A determinação do seu volume, importância relativa em relação à população total, estrutura por sexo e idade bem como sua evolução nas últimas décadas, constituem elementos de grande relevância para a contextualização dos dados apresentados nos capítulos subsequentes.

3.1. Volume e repartição por sexo

A população dos 0-17 anos corresponde a um total de 213.108 indivíduos e representa 49% da população total residente nos agregados familiares.

As crianças distribuem-se de forma quase equitativa entre os dois sexos, correspondendo a masculina a 106.742 efectivos e a feminina a um total de 106.384, isto é, cerca de 50% cada sexo (Gráfico nº1). Esta repartição é diferente à da população total, em que a masculina corresponde a uma proporção de 48% e a feminina a 52%.



Nas duas últimas décadas os efectivos da população dos 0-17 anos aumentaram de 153.434 indivíduos em 1980, para 174.404 em 1990 e 213.108 no ano 2000. A taxa de crescimento médio anual desta população aumentou de 1,3% (correspondente ao período compreendido entre 1980-1990), para 2,0% (correspondente ao período compreendido entre 1990-2000). O seu ritmo de crescimento foi mais moderado que o da população total, cuja taxa aumentou de 1,5% para 2,4% respectivamente para os dois períodos.

3.2. Importância relativa das crianças na população urbana e rural

As crianças correspondem a quase metade da população total do país, representando os rapazes um pouco mais de metade da população masculina total (51%) e as raparigas a uma incidência de 48%. (Quadro nº1).

No meio rural elas correspondem a mais de metade (53%) da população deste meio de residência, e no urbano a uma incidência de 46%, valor um pouco inferior à incidência nacional. Nos dois meios de residência, a incidência dos rapazes é superior à das raparigas, com valor mais elevado no meio rural, isto é, 55% contra 47% no urbano. Esta situação pode ser atribuída à migração dos homens do rural para urbano ou para o exterior do país. As raparigas correspondem a um pouco menos de metade da população do meio urbano (45%) e cerca de metade da população do meio rural.

Quadro nº1: Importância relativa das crianças segundo sexo por meio de residência

Meio de residência	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Cabo Verde	213108	49,3	106742	51,3	106384	47,5
Urbano	107721	46,4	53791	47,8	53236	44,5
Rural	105387	52,7	52836	55,2	51991	49,9

3.3. Importância relativa das crianças a nível dos concelhos

As crianças correspondem a mais de metade da população dos concelhos de Tarrafal, Santa Cruz, Santa Catarina, S. Miguel e S. Domingos, Mosteiros e S. Filipe sem grandes disparidades entre eles. Os valores situam-se acima da média nacional, atingindo em Santa Cruz o valor mais elevado (56%). (Gráfico nº2). Nos restantes concelhos, as crianças representam menos de metade das respectivas populações, com proporções que variam entre 39-42%, valores relativamente inferiores à media nacional. A menor incidência verifica-se no concelho de Boavista.

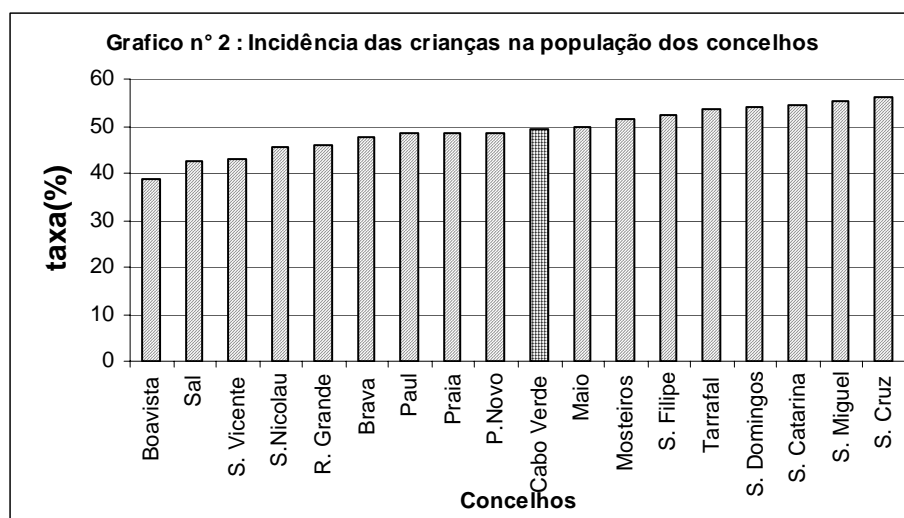
Quanto aos sexos, constata-se que nos concelhos de Maio, Tarrafal, Santa Catarina, Santa Cruz, S. Domingos, S. Miguel Mosteiros e S. Filipe, os rapazes correspondem a mais de metade da população total masculina destes concelhos, com valores superiores à incidência nacional, atingindo em S. Miguel o valor mais alto (62%) (Quadro nº2). Nos demais concelhos masculino constituem menos de metade da população total masculina, com valores relativamente inferiores ao da media nacional, com menor incidência no concelho de Boavista (36%). Quanto às raparigas, é no concelho de

Santa Cruz onde a incidência é maior (53%), valor acima da média nacional. A menor incidência verifica-se também na Boavista.

A diferença tão pronunciada entre Boavista e os outros concelhos, principalmente Santa Cruz e S. Miguel merece sem dúvida ser aprofundada. Será que as crianças de Boavista encontram-se fora do concelho?

Quadro nº 2: Importância relativa das crianças segundo sexo por concelho

Concelhos	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Cabo Verde	213108	49,3	106742	51,3	106384	47,5
R. Grande	9892	46,1	4975	45,1	4917	47,1
Paul	4052	48,3	2132	47,0	1920	49,9
P.Novo	8364	48,7	4169	47,5	4195	50,0
S. Vicente	28669	43,0	14406	43,9	14263	42,1
S.Nicolau	6220	45,6	3185	47,0	3035	44,2
Sal	6224	42,6	3094	40,3	3130	45,2
Boavista	1620	38,5	816	36,5	804	40,8
Maio	3366	49,9	1661	52,7	1705	47,5
Tarrafal	9533	53,6	4653	58,9	4880	49,4
S. Catarina	27088	54,4	13512	59,9	13576	49,8
S. Cruz	18542	56,2	9318	60,0	9224	52,9
Praia	50746	48,4	25272	50,4	25474	46,5
S. Domingos	7204	54,1	3636	56,8	3568	51,7
S. Miguel	8898	55,3	4382	61,6	4516	50,2
Mosteiros	4858	51,3	2438	54,0	2420	48,9
S. Filipe	14598	52,3	7455	55,6	7143	49,3
Brava	3234	47,6	1620	48,2	1614	47,0



A população dos 0-17 anos é relativamente mais elevada no meio rural de todos os concelhos do que no urbano, com excepção de S. Miguel (56% no urbano e 55% no rural) e S. Nicolau onde as duas taxas quase coincidem em cerca de 46%. Estas diferenças podem dever-se ao efeito da estrutura por idade, como consequência da migração adulta (Quadro nº3).

Na área urbana dos concelho de S. Miguel, Tarrafal e Santa Cruz as crianças correspondem a mais de metade das população urbana desses concelhos, com valores muito acima da media nacional, realçando em particular o concelho de S. Miguel (56%).

Quadro nº 3: Importância relativa das crianças segundo meio de residencia por concelho

Concelho	Cabo Verde		Urbano		Rural	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Cabo Verde	213108	49,3	107721	46,4	105387	52,7
R. Grande	9892	46,1	2014	42,5	7878	47,1
Paul	4052	48,3	837	46,6	3215	48,8
P.Novo	8364	48,7	3674	47,8	4690	49,4
S. Vicente	28669	43,0	26679	42,7	1990	47,7
S.Nicolau	6220	45,6	2552	46,4	3668	45,0
Sal	6224	42,6	5569	42,5	655	43,5
Boavista	1620	38,5	728	36,0	892	40,9
Maio	3366	49,9	1296	48,6	2070	50,8
Tarrafal	9533	53,6	3014	52,2	6519	54,3
S. Catarina	27088	54,4	3504	49,6	23584	55,2
S. Cruz	18542	56,2	4633	54,4	13909	56,9
Praia	50746	48,4	44966	47,8	5780	53,6
S. Domingos	7204	54,1	783	48,9	6421	54,9
S. Miguel	8898	55,3	2798	56,3	6100	54,8
Mosteiros	4858	51,3	145	40,5	4713	51,7
S. Filipe	14598	52,3	3713	47,2	10885	54,4
Brava	3234	47,6	816	44,1	2418	48,9

3.4. Estrutura por sexo e idade

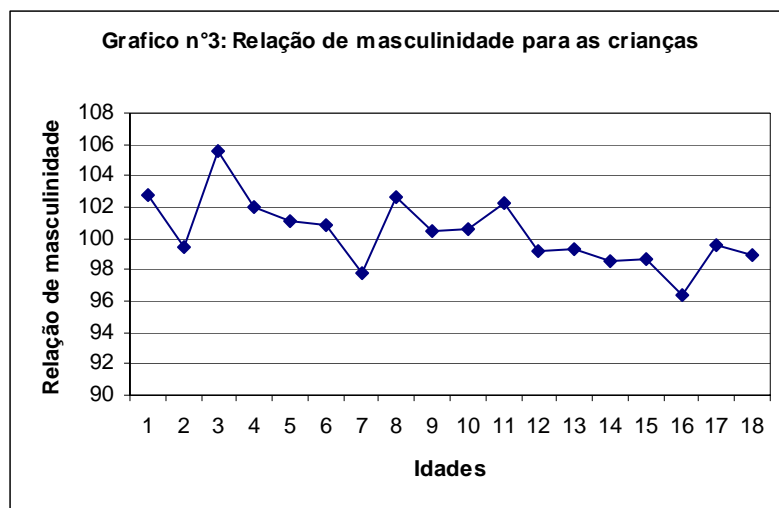
O quadro nº 4 indica-nos que existem algumas disparidades em relação a algumas idades, não permitindo definir uma tendência. As proporções aumentam com a idade, atingindo valor mais elevado aos 10 anos (6%). A partir dessa idade, nota-se uma tendência inversa, isto é, diminuição das proporções à medida que aumenta a idade, atingindo 5% para população de 17 anos, valor ligeiramente inferior à das crianças dos 0 anos. Estes valores retractam os efeitos do declínio da fecundidade ocorrido nas

ultimas décadas, sendo em consequência uma situação esperada. Segundo o Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva de 1998, as taxas de fecundidade baixaram de 7,05 (período 1979-81) para 4,03 (período 1995-98), valor quase idêntico ao de censo 2000 (4,0).

Quadro nº4: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para as crianças

Idade	Sexo e relação de masculinidade						Relação de masculinidade
	Total		Masculino		Feminino		
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	
Total	213108	100	106724	100	106384	100	100
0	9999	4,7	5068	4,7	4931	4,6	103
1	10465	4,9	5217	4,9	5248	4,9	99
2	11185	5,2	5743	5,4	5442	5,1	106
3	11226	5,3	5669	5,3	5557	5,2	102
4	11959	5,6	6013	5,6	5946	5,6	101
5	12727	6,0	6389	6,0	6338	6,0	101
6	12491	5,9	6175	5,8	6316	5,9	98
7	12659	5,9	6410	6,0	6249	5,9	103
8	13269	6,2	6652	6,2	6617	6,2	101
9	12902	6,1	6470	6,1	6432	6,0	101
10	13541	6,4	6844	6,4	6697	6,3	102
11	12560	5,9	6254	5,9	6306	5,9	99
12	13326	6,3	6641	6,2	6685	6,3	99
13	12284	5,8	6097	5,7	6187	5,8	99
14	11400	5,3	5661	5,3	5739	5,4	99
15	10767	5,1	5284	5,0	5483	5,2	96
16	10453	4,9	5216	4,9	5237	4,9	100
17	9895	4,6	4921	4,6	4974	4,7	99
0	9999	4,7	5068	4,7	4931	4,6	103
1-3	32876	15,4	16629	15,6	16247	15,3	102
4-5	24686	11,6	12402	11,6	12284	11,5	101
6-14	114432	53,7	57204	53,6	57228	53,8	100
15-17	31115	14,6	15421	14,4	15694	14,8	98

A curva da relação de masculinidade mostra que nascem cerca de 103 rapazes para cada 100 raparigas, valor que se situa entre os limites considerados normais (variação entre 103 e 105). Ela diminui no primeiro ano de vida, atingindo quase o equilíbrio entre os dois sexos, facto que, entre outras causas, pode ser atribuída à sobre-mortalidade dos rapazes nessa idade.



A partir dessa idade existem mais rapazes do que raparigas, atingindo, atingindo aos 15 anos o valor mais baixo, existindo 96 rapazes. A existência de um numero de raparigas ligeiramente superior aos rapazes, principalmente no grupo dos 15-17 anos, pode ser atribuída à migração selectiva dos rapazes.

Entre os dois censos observa-se uma diminuição da população nos efectivos com idade inferior a um ano, situação atribuída ao declínio da fecundidade conforme descrito anteriormente, e nos efectivos com idade compreendida entre 1-3 anos (Quadro n°4). Não se observam diferenças nas proporções correspondentes as crianças com idade compreendida entre quatro e dez anos, variando em torno de 6% nas duas estruturas. A partir desta idade, as proporções aumentaram de um censo ao outro, de forma não muito acentuada nas diferentes idades. A titulo de exemplo, a nível dos grupos etários, a proporção correspondente às crianças com idade compreendida entre 15-17 anos, aumentou de 12% em 1990, para cerca de 15% em 2000 e a de 6-14 anos de 47% para 53% em 2000.

Quadro nº5: Evolução da estrutura por sexo e idade das crianças
segundo os censos de 1990 e 2000

Idade	1990		2000	
	Efectivos	%	Efectivo	%
Total	174404	100,0	213108	100,0
0	12322	7,1	9999	4,7
1	11890	6,8	10465	4,9
2	12413	7,1	11185	5,2
3	12004	6,9	11226	5,3
4	11376	6,5	11959	5,6
5	10913	6,3	12727	6,0
6	10618	6,1	12491	5,9
7	10298	5,9	12659	5,9
8	9799	5,6	13269	6,2
9	9487	5,4	12902	6,1
10	9616	5,5	13541	6,4
11	7974	4,6	12560	5,9
12	8528	4,9	13326	6,3
13	8319	4,8	12284	5,8
14	7966	4,6	11400	5,3
15	7212	4,1	10767	5,1
16	6625	3,8	10453	4,9
17	7044	4,0	9895	4,6
0	12322	7,1	9999	4,7
1-3	36307	20,8	32876	15,4
4-5	22289	12,8	24686	11,6
6-14	82605	47,4	114432	53,7
15-17	20881	12,0	31115	14,6

IV. CONTEXTO FAMILIAR E CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS

Os laços de parentesco como relações entre os indivíduos, estabelecidas tanto através da união, como por meio de linhas de descendência que ligam familiares consanguíneos, são de extrema importância na maioria das esferas da vida de um indivíduo, e das crianças em particular. Dentro desta perspectiva, e partindo do pressuposto que podem existir diferenças no seu desenvolvimento das crianças, que variam segundo o contexto familiar onde vivem e a natureza das relações estabelecidas entre elas e os seus progenitores ou seus substitutos, que este capítulo visa ter uma percepção das condições de que dispõem para o seu crescimento e desenvolvimento, através dos padrões de socialização familiar.

4.1. Relações de parentesco com o chefe do agregado familiar

Das 213.108 crianças com 17 anos ou menos de idade, 211.854 foram identificadas o seu grau de parentesco com o chefe do agregado familiar. Destas, constata-se que a grande maioria, 149.378, ou seja, 71%, vivem com pelo menos um dos seus progenitores, isto é, são filhos do chefe do agregado ou enteados¹ (Quadro nº6).

Quadro nº6: Repartição das crianças por relação com o chefe do agregado familiar segundo a idade

Idades	Total		Chefe		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	211.854	100	250	0,1	471	0,2	149.378	70,5	56.941	26,9	4.814	2,3
0	9.947	100	0	0,0	0	0,0	6.290	63,2	3.502	35,2	155	1,6
1	10.396	100	0	0,0	0	0,0	6.702	64,5	3.531	34,0	163	1,6
2	11.112	100	0	0,0	0	0,0	7.289	65,6	3.659	32,9	164	1,5
3	11.146	100	0	0,0	0	0,0	7.326	65,7	3.642	32,7	178	1,6
4	11.879	100	0	0,0	0	0,0	8.027	67,6	3.640	30,6	212	1,8
5	12.648	100	0	0,0	0	0,0	8.731	69,0	3.714	29,4	203	1,6
6	12.419	100	0	0,0	0	0,0	8.686	69,9	3.518	28,3	215	1,7
7	12.582	100	0	0,0	0	0,0	8.908	70,8	3.450	27,4	224	1,8
8	13.193	100	0	0,0	0	0,0	9.527	72,2	3.396	25,7	270	2,0
9	12.834	100	0	0,0	0	0,0	9.327	72,7	3.222	25,1	285	2,2
10	13.452	100	0	0,0	0	0,0	9.842	73,2	3.342	24,8	268	2,0
11	12.494	100	0	0,0	0	0,0	9.181	73,5	3.031	24,3	282	2,3
12	13.261	100	7	0,1	5	0,0	9.756	73,6	3.158	23,8	335	2,5
13	12.219	100	8	0,1	8	0,1	9.027	73,9	2.843	23,3	333	2,7
14	11.330	100	19	0,2	16	0,1	8.433	74,4	2.533	22,4	329	2,9
15	10.706	100	31	0,3	33	0,3	7.982	74,6	2.276	21,3	384	3,6
16	10.403	100	53	0,5	131	1,3	7.496	72,1	2.340	22,5	383	3,7
17	9.833	100	132	1,3	278	2,8	6.848	69,6	2.144	21,8	431	4,4
0-4	54.480	100	0	0,0	0	0,0	35.634	65,4	17.974	33,0	872	1,6
5-9	63.676	100	0	0,0	0	0,0	45.179	71,0	17.300	27,2	1.197	1,9
10-14	62.756	100	34	0,1	29	0,0	46.239	73,7	14.907	23,8	1.547	2,5
15-17	30.942	100	216	0,7	442	1,4	22.326	72,2	6.760	21,8	1.198	3,9

¹ 68% são filhos e cerca de 3% são enteados

Sendo a família o principal meio de socialização da criança, e a mãe, a pessoa mais importante na primeira fase da sua vida, por conseguinte, os filhos viverem com os pais trata-se de uma situação normal. Nesta perspectiva, e porque se pressupõe que as crianças que estão nesta situação têm maiores oportunidades que irão influenciar no seu bem-estar, não serão objecto de análise aprofundada, embora se reconheça que nem sempre a coabitação com os pais seja um imperativo para uma melhor protecção dos filhos.

Existem casos que, embora estatisticamente pouco significativos, não deixam de causar alguma preocupação, designadamente, as *250 crianças que são chefes de agregados familiares* (0.1%), as *471 que são cônjuges do chefe* (0.2%) e as *4.814 que não possuem qualquer laço de parentesco com o chefe* (2.3%). Estes são casos atípicos e que poderão sugerir, à partida, situações de crianças *em situação particularmente difícil*, sobretudo, os dois primeiros por serem crianças que assumem a representação da família ou que estão em união com o chefe do agregado, na medida em que, presume-se não possuírem maturidade psicológica e física exigidas para assunção de tal responsabilidade, carecendo ainda de protecção dos pais, tutores ou outras pessoas para o seu bem estar, nomeadamente no que se refere à saúde e segurança.

Das crianças chefes de agregados, 86% têm idade compreendida entre os 15 e os 17 anos, enquanto que, entre as que são cônjuges este escalão representa praticamente 94%.

Existem 56.941 crianças que, embora parentes do chefe, isto é, seu irmão, neto, sobrinho, genro/nora ou outro tipo de parentesco, não são seus filhos ou enteados. Destas crianças 44.973 (79%) são netos do chefe do agregado (Quadro A1 do ANEXO). Esta situação poderá ser, por um lado, uma consequência da emigração feminina e, por outro, talvez à tendência crescente dos filhos procurarem apoio junto dos pais, deixando os netos nos primeiros anos de vida sob o cuidado dos avós. Admite-se que após uma situação de estabilidade familiar, os netos retornam aos agregados familiares paternos.

Uma outra leitura, que ainda poderá ser feita, embora através do Censo não se possa confirmar, é de que nem sempre a maternidade significa constituição de nova família ou autonomia em relação aos pais. Ou seja, muitas vezes as filhas mesmo após darem à luz, continuam a viver com o recém nascido sob o mesmo tecto e responsabilidade dos pais. Existe uma correlação negativa entre o número de netos e a idade das crianças. Isto é, a proporção dos netos que vivem com os avós é mais elevada quanto menor for a idade da criança, o que se supõe que à medida que cresçam, provavelmente passam a residir com os pais, aliás, como já foi salientado anteriormente.

As crianças que são *cônjuges do chefe do agregado são sobretudo do sexo feminino*. Na verdade, apenas 4 em cada 100 são rapazes, o que poderá indiciar uma maior propensão das raparigas nas idades inferiores ou iguais a 17 anos para se unirem mais facilmente com parceiros mais velhos do que elas. Nas outras modalidades, não existem diferenças marcantes entre os sexos (Quadro nº7).

Quadro nº 7: Repartição das crianças por relação de parentesco com o chefe do agregado familiar segundo sexo

<i>Sexo</i>	<i>Total</i>	<i>Chefe</i>	<i>Cônjuge</i>	<i>Filho/Enteado</i>	<i>Parente do Chefe</i>	<i>Sem Parentesco</i>
Total	100	0,1	0,2	70,5	26,9	2,3
Masculino	100	0,1	0,0	71,2	26,8	1,9
Feminino	100	0,1	0,4	69,8	27,0	2,7

No que se refere aos meios de residência constata-se que a maioria das crianças chefe de agregados vivem no meio urbano, 62% contra 38% do meio rural, acontecendo o mesmo com as crianças em união, embora a diferença seja menos acentuada, isto é, (57% contra 43% no meio rural) (Quadro A2 do ANEXO). A diferença mais acentuada verifica-se nas crianças que não possuem qualquer laço de parentesco com o chefe, representando no meio urbano 63% contra 37% no rural. O número destas crianças aumenta no agregado com a idade, facto que poderá estar associado à prática muito comum dos pais encaminharem os filhos para as famílias residentes nas zonas urbanas onde supostamente existem melhores condições que facilitem a integração das crianças no sistema escolar, o que não exclui, no entanto, a possibilidade de contribuírem no trabalho familiar doméstico.

A ventilação dos dados por concelho mostra algumas diferenças sensíveis. Na verdade, pode-se constatar que os concelhos em que existe maior proporção de crianças chefes de agregado é no Maio (o dobro da média nacional), na Praia (0.19%) e no Sal (0.18%). No sentido contrário estão Mosteiros, São Nicolau, Boa Vista e os concelhos de Santo Antão, com uma proporção que é igual ou inferior à metade da média nacional (Quadro nº8).

Igualmente, é no Maio, na Praia e no Sal que se encontra a maior proporção de crianças que são conjugues, em contraposição à Boa Vista, em que não existem crianças em união, e São Nicolau. De referir como positivo o facto de ser nos concelhos do Fogo e na Praia que se encontra a maior proporção de crianças que são filhos ou enteados do chefe do agregado, por oposição a Boa Vista, São Nicolau e Paul. Estes resultados leva-nos a questionar sobre o facto da maioria das crianças chefe de agregados e que vivem em união residirem no Maio!!. Esta questão poderá ser respondida no âmbito de uma análise aprofundada cujas respostas não podem ser obtidas no Censo.

Quadro nº 8: Repartição das crianças por relação de parentesco com o chefe do agregado familiar segundo concelho

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Chefe</i>	<i>Cônjuge</i>	<i>Filho/Enteado</i>	<i>Parente do Chefe</i>	<i>Sem Parentesco</i>
Total CV	100	0,12	0,22	70,5	26,9	2,3
Ribeira Grande	100	0,05	0,15	67,4	29,1	3,4
Paul	100	0,05	0,12	63,0	33,0	3,8
Porto Novo	100	0,06	0,19	69,9	26,6	3,2
S. Vicente	100	0,08	0,12	67,5	28,6	3,7
S. Nicolau	100	0,05	0,08	58,5	36,7	4,6
Sal	100	0,18	0,31	73,8	21,3	4,4
Boavista	100	0,06	0,00	55,9	41,4	2,6
Maio	100	0,24	0,42	73,8	24,0	1,6
Tarrafal	100	0,11	0,29	72,8	25,1	1,8
Santa Catarina	100	0,14	0,14	64,6	33,6	1,6
Santa Cruz	100	0,09	0,29	70,3	27,9	1,5
Praia	100	0,19	0,31	75,1	22,6	1,8
S. Domingos	100	0,10	0,17	65,6	33,0	1,2
S. Miguel	100	0,10	0,27	73,3	25,7	0,6
Mosteiros	100	0,02	0,29	78,3	20,1	1,3
S. Filipe	100	0,07	0,22	77,3	21,0	1,4
Brava	100	0,12	0,19	72,0	23,4	4,3

4.2. As crianças nos diversos tipos de agregados

O PND 1997-2000, de harmonia com as recomendações do Programa de Acção adoptado pela Conferência Internacional de População e Desenvolvimento em 1994, reconheceu a necessidade de se implementar políticas de ajuda às famílias, independentemente da sua forma, com vista a oferecer aos seus membros e às crianças em particular, apoio e protecção especiais. Daí que, seja fundamental para o conhecimento das redes de solidariedade familiar existentes, a caracterização dos diferentes tipos de agregados e da sua morfologia.

O Quadro A3 do ANEXO apresenta a repartição das crianças segundo a relação de parentesco com o chefe do agregado familiar por tipos de agregado e sexo do chefe. Do mesmo depreende-se que uma proporção significativa, 59%, vive em agregados *com ambos os progenitores*, isto é, com o pai e a mãe, um pouco mais de um terço vivem em agregados com *apenas um dos progenitores* e as restantes 2% correspondem a crianças que vivem *em agregados unipessoais* e em agregados *não conjugais estritamente colaterais*.

Crianças que vivem com ambos os progenitores

Dentre as crianças que residem em agregados com ambos os progenitores, um pouco mais de metade vive em agregados conjugais nucleares, 22% em agregados conjugais de tipo vertical, 22% em agregados conjugais compósitos e as restantes 1% em

agregados estritamente colaterais. Convém sublinhar que nestes agregados, cerca de 93% das crianças são chefiadas por homens.

Não existem diferenças significativas nos dois meios de residência, isto é, cerca de 59% residem no meio urbano contra 58% no rural (Quadros A4 e A5 do ANEXO). Um pouco mais de metade das crianças que vivem com ambos os progenitores, vivem em agregados conjugais nucleares sem grandes disparidades na sua repartição nos dois meios de residência, ou seja, 56% no meio urbano e 54% no rural. Quanto ao sexo do chefe do agregado, tal como a nível nacional, a maioria das crianças vivem em agregados chefiados por homens, contudo, na área rural esta proporção é ligeiramente superior à da área urbana, 95% contra 92% respectivamente.

A proporção de crianças residentes nos agregados conjugais verticais é inferior a 16% no meio urbano, enquanto que no meio rural esse valor ascende para 27%. Situação inversa ocorre com os agregados conjugais compósitos, cuja diferença é acentuada. Observa-se no meio urbano uma proporção superior de crianças a viverem neste tipo de agregado (27%), comparativamente ao meio rural (17%).

Crianças que vivem apenas com um dos progenitores

Cerca de 42% das crianças que vivem apenas com um dos progenitores, vivem em agregados mono-parentais nucleares, um terço em agregados do tipo vertical não conjugal e quase um quarto em agregados não conjugais compósitos. Nestes três tipos de agregados, 92% das crianças têm uma mulher na chefia do agregado.

A proporção das que vivem apenas com um dos progenitores é relativamente mais elevada no meio rural do que no urbano, isto é, 40% contra 38%. No meio rural a proporção das crianças que vivem em agregados mono-parentais, é ligeiramente superior, à do meio urbano, isto é, 43% e 41% respectivamente para os dois meios. Quanto ao sexo do chefe do agregado, a tendência é similar à nacional, com predominância das mulheres na chefia, constatando-se no entanto, a existência de uma maior proporção de crianças a viverem em agregados chefiados por mulheres no meio urbano.

As diferenças são notórias nos agregados não conjugais verticais. Um pouco mais de um terço residem neste tipo de agregado na área rural, enquanto que, na urbana aquele valor declina para 30%. Cerca de 27% residem em agregados não conjugais compósitos no meio urbano, enquanto que, no rural essa proporção corresponde a apenas 17%. Não se registam diferenças nos dois meios de residência no que diz respeito às crianças que vivem em agregados não conjugais estritamente colaterais.

4.3. Características educacionais

O problema que se coloca, é de saber, em que medida as crianças que não vivem com nenhum dos progenitores serão de discriminação em matéria de educação comparativamente àquelas crianças que são filhas/enteados ou parentes do chefe.

4.3.1. Alfabetização

Das 169.236 crianças com idades compreendidas entre os 4 e 17 anos que responderam às questões sobre o grau de parentesco com o chefe do agregado e à condição perante a alfabetização, cerca de 1/3 não sabe ler nem escrever, ou seja, são analfabetos (Quadro nº9).

Quadro nº 9: Repartição das crianças por alfabetização segundo relação de parentesco com o chefe do agregado

Meio de Residência	Total		Chefe		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total CV	169.236	100	250	100	471	100	121.497	100	42.471	100	4.147	100
Sabe ler e escrever	113.135	66,9	233	93,2	435	92,4	82.346	67,8	26.766	63,0	3.039	73,3
Nao sabe ler e escrever	56.101	33,1	17	6,8	36	7,6	39.151	32,2	15.705	37,0	1.108	26,7
Urbano	Total		Chefe		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
Total	85.960	100	156	100	269	100	62.705	100	19.798	100	2.632	100
Sabe ler e escrever	59.594	69,3	149	95,5	252	93,7	43.831	69,9	13.065	66,0	1.972	74,9
Nao sabe ler e escrever	26.366	30,7	7	4,5	17	6,3	18.874	30,1	6.733	34,0	660	25,1
Rural	Total		Chefe		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
Total	83.676	100	94	100	202	100	58.792	100	22.673	100	1.515	100
Sabe ler e escrever	53.856	64,4	84	89,4	183	90,6	38.515	65,5	13.701	60,4	1.067	70,4
Nao sabe ler e escrever	29.820	35,6	10	10,6	19	9,4	20.277	34,5	8.972	39,6	448	29,6

Existem no entanto, diferenças significativas consoante a relação de parentesco com o chefe. Assim, das crianças que são *chefe ou cônjuges*, apenas cerca de 7% não sabem ler nem escrever, contra pelo menos 27% daquelas que *não têm nenhum laço familiar com o chefe* ou mais de 30% das que *possuem algum laço familiar com o chefe*². Provavelmente, esta situação explica-se pelo facto de as crianças que estão em união com o chefe ou serem elas próprias chefe, serem mais idosas, enquanto que, uma boa parte das outras crianças não atingiram ainda a idade de frequentarem um estabelecimento de ensino.

As diferenças entre os meios de residência, urbano e rural, não apresentam desvios significativos em relação à média nacional, apresentando, no entanto, desvios que mostram uma situação mais desfavorável no meio rural, resultado da menor disponibilidade de acesso a infra-estruturas educativas quando comparado com o meio urbano.

² 32% para filhos e 37% para outro parente

4.3.2. – *Frequência escolar*

No que se refere à frequência escolar verifica-se que, apenas 4% das crianças chefe de agregado *nunca frequentaram* uma escola, acontecendo o mesmo a 4% das que são cônjuges. Ao nível da *frequência escolar* verifica-se também uma situação mais favorável para as crianças sem parentesco com o chefe do que para aquelas que possuem algum elo de parentesco. Ou seja, existe uma proporção menor de crianças que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino e que não são familiares do chefe do agregado (8%) do que daquelas que o são (11% para filhos e 12% para outro parente). As razões para isso prendem-se com o facto de tendencialmente as crianças quando vivem fora do seu lar natural o fazerem quando já possuem idades avançadas, por exemplo, quando vão estudar na casa de um familiar (Quadro nº10).

Quadro nº 10: Repartição das crianças por frequência escolar segundo relação de parentesco com o chefe do agregado

Frequência Escolar	Total		Chefe do Agregado		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total CV	169.298	100	250	100	470	100	121.531	100	42.498	100	4.149	100
Nunca Frequentou	18.107	10,7	9	3,6	19	4,0	12.739	10,5	4.973	11,7	337	8,1
Frequentou	19.795	11,7	160	64,0	375	79,8	13.507	11,1	4.787	11,3	800	19,3
Está a Frequentar	131.396	77,6	81	32,4	76	16,2	95.285	78,4	32.738	77,0	3.012	72,6
Urbano	<i>Total</i>		<i>Chefe do Agregado</i>		<i>Cônjuge</i>		<i>Filho/Enteado</i>		<i>Parente do Chefe</i>		<i>Sem Parentesco</i>	
Total	86.001	100	156	100	268	100	62.738	100	19.805	100	2.634	100
Nunca Frequentou	7.765	9,0	6	3,8	8	3,0	5.582	8,9	1.957	9,9	186	7,1
Frequentou	8.447	9,8	94	60,3	202	75,4	5.535	8,8	1.972	10,0	490	18,6
Está a Frequentar	69.789	81,1	56	35,9	58	21,6	51.621	82,3	15.876	80,2	1.958	74,3
Rural	<i>Total</i>		<i>Chefe do Agregado</i>		<i>Cônjuge</i>		<i>Filho/Enteado</i>		<i>Parente do Chefe</i>		<i>Sem Parentesco</i>	
Total	83.697	100	94	100	202	100	58.793	100	22.693	100	1.515	100
Nunca Frequentou	10.372	12,4	3	3,2	11	5,4	7.157	12,2	3.016	13,3	151	10,0
Frequentou	11.518	13,8	66	70,2	173	85,6	7.972	13,6	2.815	12,4	310	20,5
Está a Frequentar	61.807	73,8	25	26,6	18	8,9	43.664	74,3	16.862	74,3	1.054	69,6

Se tivermos em conta as idades medianas, constatamos que de facto, as crianças sem parentesco a viverem com o chefe do agregado são mais velhas do que aquelas com laços de parentesco com o chefe. Enquanto que para os Filhos/Enteados a idade mediana é de 8,3 anos, e para as crianças com laços com o chefe é de 7,9 anos e para as Sem parentesco é de 10,9 anos, bastante superior às restantes. Ou seja, metade das crianças sem parentesco com o chefe têm mais de 10,9 anos e a outra metade tem menos do que essa idade.

No entanto, se verificarmos a modalidade de *frequência no momento (está a frequentar)*, constatamos que quando mais forte for a relação de parentesco com o chefe do agregado, maior a proporção de crianças a frequentarem um estabelecimento de ensino. Esta situação indica que as crianças sem parentesco com o chefe são menos protegidas do que aquelas com algum grau de parentesco com o chefe. Assim, é notório que, aquelas crianças, quando passam a viver fora do seu lar natural passam a ter maiores probabilidades de não irem à escola, o que não acontecia quando viviam com os seus progenitores. As explicações para esse facto podem prender-se com razões económicas ou com a necessidade dessas crianças terem de entrar mais cedo no mercado de trabalho para se tornarem mais independentes. Esta situação é mais favorável no meio urbano que no meio rural.

4.3.3.- Nível de instrução

A maioria das crianças possui o EBI como nível de instrução. 6 em cada 10 possuem esse nível e 2 em cada 10 possuem o secundário. Também 2 em cada 10 não possuem qualquer instrução. Esta situação é mais desfavorável no meio rural do que no meio urbano, embora com diferenças pouco relevantes (Quadro nº11).

No entanto, se tivermos em conta as relações de parentesco, verificamos que quanto mais forte for a relação de parentesco com o chefe do agregado, mais baixa é a proporção das que atingiram o secundário. Novamente, a explicação prende-se com a estrutura etária dessas crianças. (ver parágrafo sobre idade mediana).

Quadro nº 11: Repartição das crianças por nível de instrução segundo relação de parentesco com o chefe do agregado

Nível de Instrução	Total		Chefe do Agregado		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total CV	168.127	100	247	100	468	100	120.940	100	42.345	100	4.127	100
Sem Instrução	34.625	20,6	14	5,7	26	5,6	23.935	19,8	10.015	23,7	635	15,4
EBI	99.833	59,4	116	47,0	277	59,2	72.066	59,6	24.883	58,8	2.491	60,4
Secundário	33.669	20,0	117	47,4	165	35,3	24.939	20,6	7.447	17,6	1.001	24,3
Urbano	Total		Chefe do Agregado		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
Total	85.190	100	153	100	267	100	62.405	100	19.745	100	2.620	100
Sem Instrução	16.287	19,1	8	5,2	11	4,1	11.575	18,5	4.317	21,9	376	14,4
EBI	47.748	56,0	59	38,6	150	56,2	35.215	56,4	10.849	54,9	1.475	56,3
Secundário	21.155	24,8	86	56,2	106	39,7	15.615	25,0	4.579	23,2	769	29,4
Rural	Total		Chefe do Agregado		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
Total	82.937	100	94	100	201	100	58.535	100	22.600	100	1.507	100
Sem Instrução	18.338	22,1	6	6,4	15	7,5	12.360	21,1	5.698	25,2	259	17,2
EBI	52.085	62,8	57	60,6	127	63,2	36.851	63,0	14.034	62,1	1.016	67,4
Secundário	12.514	15,1	31	33,0	59	29,4	9.324	15,9	2.868	12,7	232	15,4

4.4. - Principal meio de vida

A análise do principal meio de vida das crianças sem parentesco com o chefe do agregado mostra que estas dependem muito menos do apoio familiar do que as crianças com algum laço de parentesco com o chefe e dependem muito mais delas próprias do que as outras crianças. Ou seja, enquanto que 4% das crianças com parentesco com o chefe dependem do seu trabalho para viver, a proporção das crianças sem parentesco com o chefe que dependem sobretudo do seu trabalho é de aproximadamente 10%. Ainda, 85% destas dependem do apoio familiar contra 95% das crianças relacionadas com o chefe do agregado por algum laço familiar (Quadro nº12).

Embora no meio rural as crianças tendem a depender mais do seu trabalho para viver, é no meio urbano que as crianças sem parentesco com o chefe mais dependem do seu salário para suprirem as suas necessidades básicas de subsistência. Cerca de 1/3 das crianças que são chefes do agregado dependem do seu trabalho para sobreviverem,

percentagem essa que fica bastante aquém da média nacional para o conjunto dos indivíduos. Este facto deve-se ao trabalho precário a que muitas destas crianças executam e aos baixos níveis de qualificação exigidos e que elas próprias possuem, e, em muitos casos, à natureza temporária desses trabalhos. Assim, mais de metade destas crianças dependem ainda dos seus familiares para subsistirem (56%). Esta situação é mais acentuada no meio rural, dada a maior precariedade do trabalho neste meio.

Quadro n° 12: Repartição das crianças por principal meio de vida segundo relação de parentesco com o chefe do agregado

Meio de Vida	Total		Chefe do Agregado		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total CV	93.294	100	250	100	471	100	68.302	100	21.540	100	2.731	100
A Cargo da Família	88.607	95,0	141	56,4	380	80,7	65.249	95,5	20.520	95,3	2.317	84,8
Outro	855	0,9	21	8,4	12	2,5	468	0,7	203	0,9	151	5,5
Trabalho	3.832	4,1	88	35,2	79	16,8	2.585	3,8	817	3,8	263	9,6
Urbano	Total		Chefe do Agregado		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
Total	48.888	100	156	100	269	100	36.060	100	10.646	100	1.757	100
A Cargo da Família	47.188	96,5	83	53,2	231	85,9	35.091	97,3	10.305	96,8	1.478	84,1
Outro	387	0,8	12	7,7	6	2,2	203	0,6	70	0,7	96	5,5
Trabalho	1.313	2,7	61	39,1	32	11,9	766	2,1	271	2,5	183	10,4
Rural	Total		Chefe do Agregado		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
Total	44.406	100	94	100	202	100	32.242	100	10.894	100	974	100
A Cargo da Família	41.419	93,3	58	61,7	149	73,8	30.158	93,5	10.215	93,8	839	86,1
Outro	468	1,1	9	9,6	6	3,0	265	0,8	133	1,2	55	5,6
Trabalho	2.519	5,7	27	28,7	47	23,3	1.819	5,6	546	5,0	80	8,2

4.5 Repartição das crianças segundo nível de instrução do chefe do agregado

O nível de instrução dos pais ou dos seus substitutos, constitui uma variável importante na determinação das condições de vida das crianças, visto que quanto maior for o nível de instrução, particularmente o da mãe, melhor estarão capacitados para compreenderem a importância dos cuidados a prestarem às crianças, sobretudo nos primeiros anos de vida. Assim, pretende-se conhecer em que medida a solidariedade familiar se traduz segundo o nível de instrução do chefe do agregado familiar.

A maioria das crianças vivem em agregados cujos chefes atingiram o nível básico de instrução, o que corresponde a uma situação esperada, na medida em que, a nível nacional, a proporção da população com este nível é superior à dos restantes³. No entanto, a proporção de crianças que são filhos/enteados e das que não possuem nenhuma relação de parentesco com o chefe, e que vivem em agregados cujo chefe atingiu o EBI é de 68% e 60% respectivamente (Quadro n° 13).

Cerca de 4% das crianças sem parentesco vivem em agregados cujos chefes atingiram o nível médio/superior e cerca de 13% em agregados cujos chefes atingiram o secundário, enquanto que, estas proporções descem para 2% e 9% quando se trata dos filhos/enteados. Estas diferenças, poderão estar associadas aos maiores rendimentos auferidos pelos chefes de agregado com níveis de instrução relativamente elevados, que lhes permite assumir a responsabilidade de outras crianças, sem que isso afecte as condições do agregado.

³ 74% para alfabetização e 16% para o EBI

Quadro nº 13: Repartição das crianças que são filhos/enteados e sem parentesco do chefe por nível de instrução do chefe segundo meio de residência

Meio de residencia	Nível de instrucao do chefe do agregado									
	Total		Sem instrução		Basico		Secundario		Medio/superior	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
	FILHOS/ENTEADOS									
Total	147946	100	30079	20,3	101165	68,4	13218	8,9	3484	2,4
Urbano	76274	100	11291	14,8	50971	66,8	10719	14,1	3293	4,3
Rural	71672	100	18788	26,2	50194	70,0	2499	3,5	191	0,3
	SEM PARENTESCO									
Total	4755	100	1128	23,7	2843	59,8	599	12,6	185	3,9
Urbano	3012	100	525	17,4	1807	60,0	503	16,7	177	5,9
Rural	1743	100	603	34,6	1036	59,4	96	5,5	8	0,5

Embora se possa admitir que os rendimentos dos chefes sem instrução podem ser insuficientes para a educação de uma criança, observa-se o reflexo de solidariedade nos agregados cujos chefes possuem esse nível. Assim, proporção das crianças sem parentesco que vivem com chefes sem nível de instrução é superior, à das que são filhas/enteadas, correspondendo a 24% contra 20%.

Observam-se diferenças nos dois meios de residência: a proporção de crianças sem parentesco que vivem em agregados cujos chefes não possuem nenhum nível de instrução no meio rural, constitui o dobro (35%) daquelas que vivem no meio urbano 17%. Relativamente aos filhos/enteados, o quadro é similar, apenas com diferenças menos acentuadas, 15% no urbano contra 26% no rural. Esta situação pode querer expressar uma maior solidariedade no meio rural, que poderá advir da emigração, podendo os pais ter deixado os filhos sob a responsabilidade de outras pessoas.

A proporção de filhos que vivem em agregados cujos chefes possuem nível básico é mais elevada no meio rural do que no urbano, enquanto que, entre as crianças sem parentesco com o chefe do agregado não se registam diferenças nos dois meios de residência.

A proporção de crianças sem parentesco que vivem em agregados cujos chefes possuem nível secundário ou superior, no meio urbano, constitui o triplo (21%) daquelas do meio rural (7%). A dos filhos representa 14% no urbano e 4% no rural.

4.6. Condições de vida das crianças

Os diferentes níveis de bem estar social das crianças estão directamente ligados à satisfação das necessidades básicas, como o acesso à água potável, à energia eléctrica, à casa-de-banho e aos meios de comunicação de massa como Radio e TV, informações essenciais para formulação de políticas para as famílias com vista a assegurar melhorias na qualidade de vida das crianças.

Assim do Quadro nº14 verifica-se que o acesso à energia eléctrica, ainda é privilégio de menos de metade das crianças, isto é cerca de 45%, com maior proporção no meio urbano, onde 70% tem acesso contra 20% no meio rural. Essa proporção é relativamente inferior à da população total, em que cerca de 50%, tem acesso a esse privilégio.

Segundo as recomendações da O.M.S., considera-se água potável a proveniente da distribuição da rede pública e dos chafarizes. Com base neste pressuposto verifica-se que o consumo de água potável pelas crianças esta ainda longe de alcançar os valores preconizados pela Cimeira Mundial da Infância para o ano 2000. Ou seja, apenas um pouco mais de dois terços têm acesso à água potável desigualmente distribuída nos dois meios de residência (77% no meio urbano contra apenas 60% no rural).

A cobertura em termos de meios sanitários de evacuação de dejectos humanos está ainda muito aquém do desejado. Mais de metade das crianças, ou seja 58%, não tem acesso à casa de banho, retrete e nem mesmo latrina, com diferenças significativas entre os dois meios de residência, 75% no rural contra 42% no urbano. Este problema, relacionado com escassez da água potável, aliado à praticas de higiene inadequadas podem ser considerados como factores de peso que condicionam a sobrevivência das crianças, causando doenças diarreicas que continuam sendo a principal causa de morbilidade e mortalidade infantil, principalmente das camadas mais desfavorecidas.

O acesso aos meios de comunicação de massa, concretamente à Radio e TV, é de grande importância, não só em termos de informação geral, como também quando se tem em vista atingir as crianças com mensagens através dos media. Cerca de 66% tem acesso à radio enquanto que a posse de TV é apenas para 39%. Como seria de esperar é entre as crianças das zonas urbanas, que se encontra a maior proporção das que têm acesso à radio ou TV.

Quadro nº 14: Alguns indicadores das condições de vida das crianças (%)

Indicadores	Cabo Verde	Urbano	Rural
Acesso à água potável	68,6	77,1	60
Acesso à electricidade	45,2	69,8	20
Sem casa de banho/latrina	58,2	41,5	75,2
Nº- médio de crianças por agregado	2,3	2	2,6
Acesso à Radio	66	75	57
Acesso à TV	39	59	19

As condições do ambiente familiar, determinadas directamente pela situação socio-economica dos agregados, tem um papel fundamental na transmissão de doenças, principalmente as respiratórias, como a pneumonia, mais comum em situações de aglomerações. É assim que o numero de divisões usadas para dormir associados ao numero de crianças que vivem no agregado, poderá ser considerado um indicador de privação social e disseminação de doenças.

Uma proporção significativa dos agregados onde residem crianças dispõe de espaço muito reduzido. E assim que, utilizam apenas uma única divisão para dormir

- *33% dos agregados onde vive uma criança;*
- *28% onde vivem duas crianças;*
- *34% onde vivem três a cinco crianças e,*
- *4% onde vivem mais de seis crianças (Quadro A6 do ANEXO)..*

Cerca de 38% dos agregados possuem mais de 3 crianças a dormir no mesmo quarto. Pose-se afirmar que estas crianças são as mais afectadas pelas condições de pobreza, vivendo num ambiente pouco favorável em termos de saúde pública, devido à sobreocupação do espaço, se tivermos em conta os problemas daí resultantes.

Existem diferenças significativas quanto ao local de residência, as quais permitem afirmar que a sobreocupação é mais acentuada no meio rural. No urbano, a proporção dos agregados onde vivem 3 a 5 crianças e que usam apenas uma divisão para dormir é de 30% , contra 38% no meio rural, e a dos agregados onde vivem o mesmo numero de crianças, mas que usam duas divisões para dormir é de 44% no meio urbano contra 50% no rural (Quadro A7 do ANEXO).

V. Crianças em circunstâncias particularmente difíceis

Conforme definido nas considerações de ordem metodológicas as crianças em circunstâncias particularmente difíceis são aquelas que têm idade escolar mas entretanto encontram-se fora do sistema escolar, são chefe de agregado, trabalham ou são portadores de deficiência menores de quinze anos, isto é, são aquelas que constituem problema à luz das recomendações nacionais e internacionais sobre os direitos da criança, no que se refere à sua instrução, segurança e dignidade.

A- População não escolar⁴

Este sub-capítulo visa analisar a amplitude das crianças que se encontram fora do sistema escolar e sua incidência a nível dos concelhos, visto ser a escolaridade um dos factores sociais relacionado à necessidade de cada criança se desenvolver integralmente e um factor importante para a sua inserção no mundo moderno.

A1- Repartição por sexo

Conforme o Quadro nº10 do capítulo anterior, cerca 78% das crianças dos 4-17 anos estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do censo e cerca de 22% encontravam-se fora do sistema escolar, ou seja, correspondem à *população não escolar*. Desta, 11% *nunca frequentaram* um estabelecimento de ensino e cerca de 12% *frequentaram-na alguma vez no passado*.

O Quadro nº15 apresenta a repartição das crianças que se encontram fora do sistema do ensino escolar por sexo. Existem diferenças entre os sexos, isto é, os rapazes constituem a maioria tanto entre as que nunca frequentaram como entre aquelas que frequentaram e abandonaram o sistema, representando cerca de 52% em ambos os casos.

⁴ Corresponde as crianças que se encontram fora do sistema escolar, ou seja aquelas que nunca frequentaram ou que frequentaram e depois abandonaram

Quadro nº15: Repartição das crianças que se encontram fora do sistema escolar por sexo

Sexo	Nunca frequentaram		Frequentaram	
	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	18206	100	19747	100
Masculino	9384	51,5	10084	51,1
Feminino	8822	48,5	9663	48,9

Dada a falta de informação desagregada por idade nos censos anteriores, não é possível analisar a evolução destas crianças nas ultimas décadas

A.2. Estrutura por sexo e idade

As crianças que **nunca frequentaram** um estabelecimento de ensino são constituídas maioritariamente por aquelas com idade compreendida entre os *quatro e cinco anos* que correspondem a 63%, com proporções relativamente iguais entre os dois sexos (Quadro nº16).

Este facto pode dever-se à fraca expansão do sistema do pré-escolar, não obstante o seu enquadramento nos objectivos de protecção à infância e consubstanciar-se num conjunto de acções articuladas com a família, visando, por um lado o desenvolvimento da criança e, por outro lado, a sua preparação para o ingresso no Ensino Básico Integrado. Pode também estar relacionado com as fracas condições económicas dos pais, dado que a rede pré-escolar é essencialmente da iniciativa das autarquias locais e entidades de direito privado, e tem por conseguinte, um custo elevado. Entretanto, esta situação pode não constituir um problema grave, visto que, estas crianças poderão integrar-se no sistema escolar com sete anos de idade.

As com *idade de escolaridade obrigatória*, ou seja aquelas com idade compreendida entre 6-14 anos, representam um pouco mais de um terço.

A relação de masculinidade indica que existem mais rapazes do que raparigas que nunca frequentaram uma escola em todos os grupos de idade, com diferenças elevadas nas crianças com idade compreendida entre 15-17 anos.

Quadro nº 16: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para as crianças que nunca frequentaram uma escola

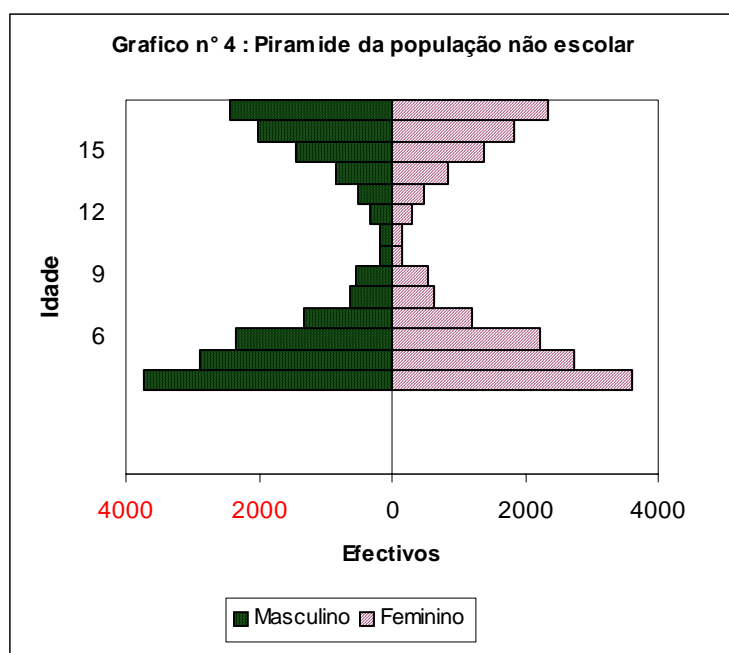
Grupos etários	Total		Masculino		Feminino		Relação de masculinidade
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	
Total	18206	100	9384	100	8822	100	106
4-5	11455	62,9	5861	62,5	5594	63,4	105
6-14	6267	34,4	3261	34,8	3006	34,1	106
15-17	484	2,7	262	2,8	222	2,5	118

Entre as crianças **que frequentaram** uma escola, conforme se poderia esperar, contrariamente à situação anterior, a maioria têm entre 15-17 anos (56%). As que se encontram na idade de escolaridade obrigatória representam uma proporção quase idêntica à situação anterior, ou seja, cerca de 36% (Quadro nº17). A relação de masculinidade mostra que, entre estas crianças, também existem mais rapazes do que raparigas em todos os grupos de idade, apesar das diferenças serem menos acentuadas.

Quadro nº 17: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para as crianças que frequentaram uma escola

Grupos etários	Total		Masculino		Feminino		Relação de masculinidade
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	
Total	19747	100	10084	100	9663	100	104
4-5	1551	7,9	778	7,7	773	8	101
6-14	7186	36,4	3668	36,4	3518	36,4	104
15-17	11010	55,8	5638	55,9	5372	55,6	105

A pirâmide representada no Gráfico nº 4, corresponde à população que se encontra fora do sistema escolar. A parte inferior retrata nitidamente a situação acima descrita no que se refere às crianças que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, isto é, a base alargada, correspondente às crianças do grupo dos 4-5 anos, que se reduz de forma progressiva com o aumento da idade. A parte superior, retrata a situação das crianças que tinham frequentado um estabelecimento de ensino, em que se verifica que, os efectivos aumentam com a idade.



A.3 Repartição espacial

A proporção das crianças que **nunca frequentaram** uma escola residentes no meio rural é relativamente mais elevada (57%) do que no meio urbano (43%). Nos dois meios de residência as proporções dos rapazes são relativamente idênticas à media nacional (Quadro n°18).

Quadro n°18: Repartição das crianças que nunca frequentaram uma escola por meio de residência segundo sexo

Meio de residência	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	18206	100	9384	100	8822	100
Urbano	7806	42,9	3992	42,5	3814	43,2
Rural	10400	57,1	5392	57,5	5008	56,8

Quanto às crianças que **frequentaram** um estabelecimento de ensino, a tendência é igual à situação anterior, com uma representação de 58% para as residentes no meio rural, contra 42% para aquelas residentes no urbano. Entretanto, no meio rural, a proporção das raparigas é relativamente mais elevada que a dos rapazes, correspondendo a 59% e 57% respectivamente para os dois sexos (Quadro nº19).

Quadro nº19: Repartição das crianças que frequentaram uma escola por meio de de residencia segundo sexo

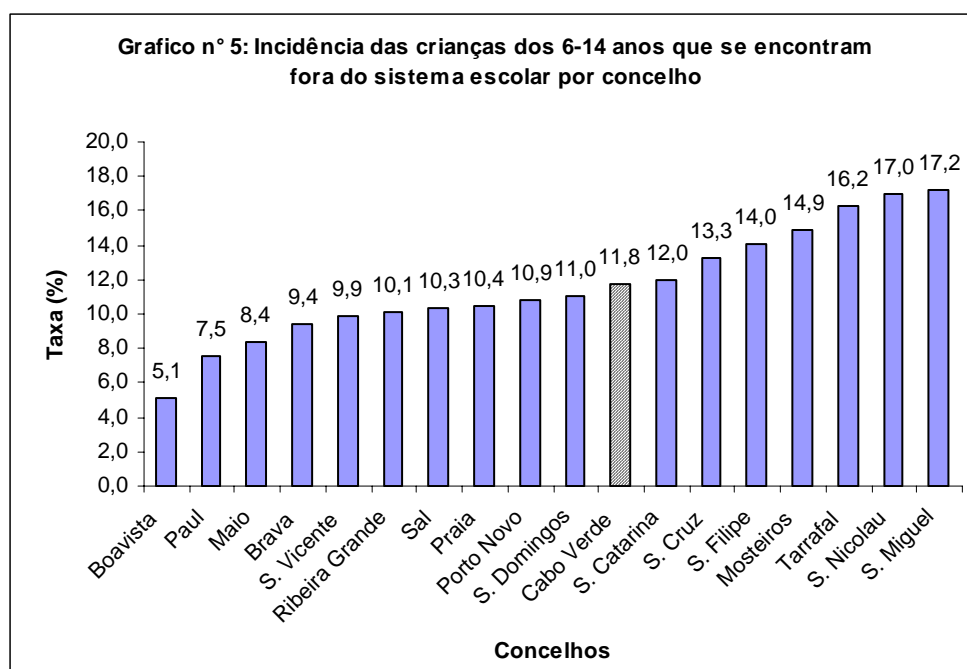
Meio de residencia	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	19747	100	10084	100	9663	100
Urbano	8351	42,3	3992	43,5	3961	41
Rural	11396	57,7	5694	56,5	5702	59

O Quadro nº20 apresenta a incidência das crianças que se encontram fora do sistema escolar segundo sexo e concelho. Nos concelhos de Tarrafal, S. Miguel, S. Nicolau, S. Filipe e Mosteiros as taxas das crianças dos 4-17 anos são superiores à média nacional, com valor mais elevado em S. Nicolau, correspondente a 30% .

Quadro nº20 : Incidencia da populacao não escolar por concelho

Concelhos	4-17			6-14		
	Total	MASC	FEM	Total	MASC	FEM
Cabo Verde	22,3	22,8	21,7	11,8	12,1	11,4
Ribeira Grande	20,6	22,3	18,9	10,1	10,9	9,2
Paul	18,2	20,9	15,7	7,5	7,9	7,1
Porto Novo	21,9	22,9	20,9	10,9	11,2	10,6
S. Vicente	19,8	20,8	18,7	9,9	10,1	9,7
S. Nicolau	29,0	32,9	25,4	17,0	18,9	14,9
Sal	18,4	19,1	17,8	10,3	10,6	10,1
Boavista	12,1	13,5	10,8	5,1	6,7	3,4
Maio	16,9	16,7	17,2	8,4	9,6	7,2
Tarrafal	29,0	26,4	31,8	16,2	15,8	16,6
S. Catarina	23,5	23,4	23,5	12,0	11,7	12,2
S. Cruz	24,2	25,2	23,2	13,3	14,1	12,4
Praia	19,9	20,1	19,8	10,4	10,9	10,0
S. Domingos	20,6	22,1	19,1	11,0	11,7	10,3
S. Miguel	30,0	28,2	31,9	17,2	16,7	17,8
Mosteiros	25,6	25,9	25,4	14,9	15,3	14,6
S.Filipe	25,7	27,0	24,4	14,0	14,2	13,9
Brava	21,5	23,1	19,9	9,4	10,1	8,7

A análise da incidência das crianças que se encontram em idade de frequência do EBI (6-14anos) merece uma atenção especial, devido às particularidades deste nível de ensino enunciadas anteriormente. Assim, o Gráfico nº5 mostra que existem algumas diferenças a nível dos concelhos: em S. Miguel, S. Nicolau, Tarrafal, Santa Catarina Santa Cruz e Mosteiros as taxas são muito elevadas, com valores superiores à media nacional, atingindo o máximo em S. Miguel (17%). Em S. Domingos a taxa é quase idêntica à media nacional. Nos restantes concelhos são relativamente baixas, variando entre 5% na Boavista e 10% na Praia. Não se observam diferenças significativas no que se refere ao sexo.



B. O TRABALHO DAS CRIANÇAS

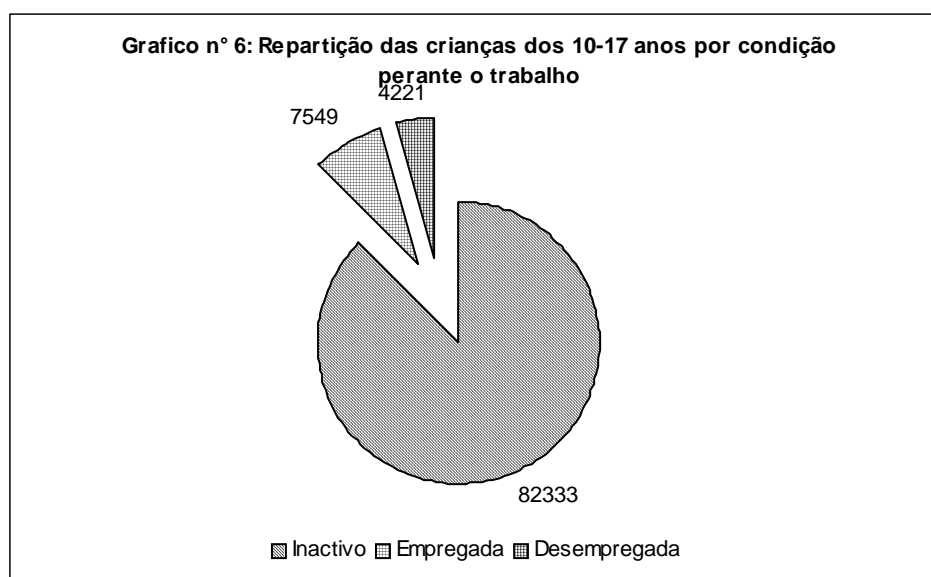
O trabalho das crianças é considerado pela Organização Internacional do Trabalho

, um problema social sério, na medida em que põe em perigo, não só a saúde, como também a educação, segurança e dignidade da criança, razão pela qual a nível mundial os diferentes países se tem mobilizado em torno deste problema com vista à sua abolição e à protecção dos direitos individuais e fundamentais da criança.

Pretende-se avaliar a magnitude deste fenómeno no contexto nacional, através da questão sobre a condição perante o trabalho na semana anterior ao censo, que mede a condição do indivíduo perante a actividade económica, permitindo classificá-lo como activo ou inactivo.

B1. Caracterização das crianças segundo condição perante o trabalho

Entre as 94.103 crianças dos 10-17 anos, um efectivo de 94.103 responderam à questão sobre a condição perante o trabalho. A maioria deste efectivo, constituída por 82.333 indivíduos e que corresponde a 87%, é *inactiva*. Na condição de *empregada* foram apuradas 7.549 indivíduos, representando 8% e na condição de *desempregadas que já trabalharam* 4.221 correspondente a 5% (Gráfico n° 6). As crianças que se encontram na situação de inactivas não serão objecto da análise, por corresponder a uma situação que é normal para a idade. As desempregadas não deixam de constituir um problema, na medida em que já tinham trabalhado antes do censo e estavam disponíveis para trabalhar, caso encontrassem trabalho.



No que se refere à repartição por sexo, observa-se uma maior participação dos rapazes na vida activa, correspondendo a 59% das crianças empregadas, valor que declina nas raparigas para cerca de 41%. Entre as crianças desempregadas que já tinham trabalhado, contrariamente à situação das empregadas, as raparigas correspondem à maioria e representam 59%, enquanto que os rapazes representam cerca de 41% (Quadro n°21).

Quadro n°21: Repartição das crianças empregadas e desempregadas que já trabalharam por sexo

Sexo	Empregadas		Desempregadas	
	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	7549	100	4221	100
Masculino	4495	59,5	1722	40,8
Feminino	3054	40,5	2499	59,2

B2. Estrutura por sexo e idade das crianças empregadas e desempregadas

As proporções das crianças *empregadas* aumentam com a idade. Assim, a população com 10 anos constituía cerca de 3%, e aos 13 aumentou para 7%. É a partir dos 14 anos que se verifica maior participação na vida activa, representando as crianças desta idade cerca de 10%. A partir desta idade o aumento é progressivo em todas as idades para aos 17 anos constituírem um pouco menos de um terço (31%) (Quadro n°22).

O grupo de crianças com idade compreendida entre 10-14 anos, aquelas com idade de frequência do Ensino Básico, já reflecte alguma pressão no mercado de trabalho, representando 29% das crianças que trabalham. A participação das raparigas no mercado de trabalho é relativamente mais elevada do que a dos rapazes até aos catorze

anos. A partir dessa idade, apesar de aumentar progressivamente, os seus valores estão muito abaixo da dos rapazes.

Relativamente às *desempregadas que já tinham trabalhado*, também as proporções aumentam com a idade, representando as com idade compreendida entre 10-14 anos 17%. Os maiores contingentes, à semelhança das empregadas começam a verificar-se a partir dos 15 anos, cuja proporção corresponde a quase dobro (18%) da idade precedente. Aos 16 anos a proporção aumenta para 29%, atingindo o valor máximo aos 17 anos, ou seja 37%. A proporção das com idade de frequência do EBI é relativamente mais elevada entre os rapazes, do que entre as raparigas, ou seja, 18% contra 16%, enquanto que, no grupo dos 15-17 anos as diferenças são insignificantes.

Quadro nº22: Estrutura por sexo e idade das crianças empregadas e desempregadas que já trabalharam

Sexo e idade	Empregadas		Desempregadas	
	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	7549	100	4221	100
10	213	2,8	20	0,5
11	273	3,6	32	0,8
12	409	5,4	72	1,7
13	521	6,9	165	3,9
14	741	9,8	409	9,7
15	1244	16,5	761	18,0
16	1801	23,9	1206	28,6
17	2347	31,1	1556	36,9
10-14	2157	28,6	698	16,5
15-17	5392	71,4	3523	83,5
Masculino	4495	100	1722	100
10	125	2,8	8	0,5
11	161	3,6	13	0,8
12	249	5,5	41	2,4
13	286	6,4	68	3,9
14	406	9,0	171	9,9
15	724	16,1	307	17,8
16	1112	24,7	501	29,1
17	1432	31,9	613	35,6
10-14	1227	27,3	301	17,5
15-17	3268	72,7	1421	82,5
Feminino	3054	100	2499	100
10	88	2,9	12	0,5
11	112	3,7	19	0,8
12	160	5,2	31	1,2
13	235	7,7	97	3,9
14	335	11,0	238	9,5
15	520	17,0	454	18,2
16	689	22,6	705	28,2
17	915	30,0	943	37,7
10-14	930	30,5	397	15,9
15-17	2124	69,5	2102	84,1

B.3. Repartição espacial

As crianças que trabalham fazem-na sobretudo no meio rural e constituem um contingente de 5.558 indivíduos. Neste meio aproximadamente 3 em cada 4 crianças encontravam-se a trabalhar na semana anterior ao Censo, o que é coerente com os resultados esperados, dada a facilidade em se manter ocupado no meio rural que pode ser explicado pela existência de trabalho pouco estruturado e precário. Não se verificam diferenças na repartição entre os dois sexos (Quadro n°23).

Quadro n°23: Repartição das crianças empregadas por meio de residencia segundo sexo

Meio de residencia	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Cabo Verde	7549	100	4495	100	3054	100
Urbano	1991	26,4	1213	27,0	778	25,5
Rural	5558	73,6	3282	73,0	2276	74,5

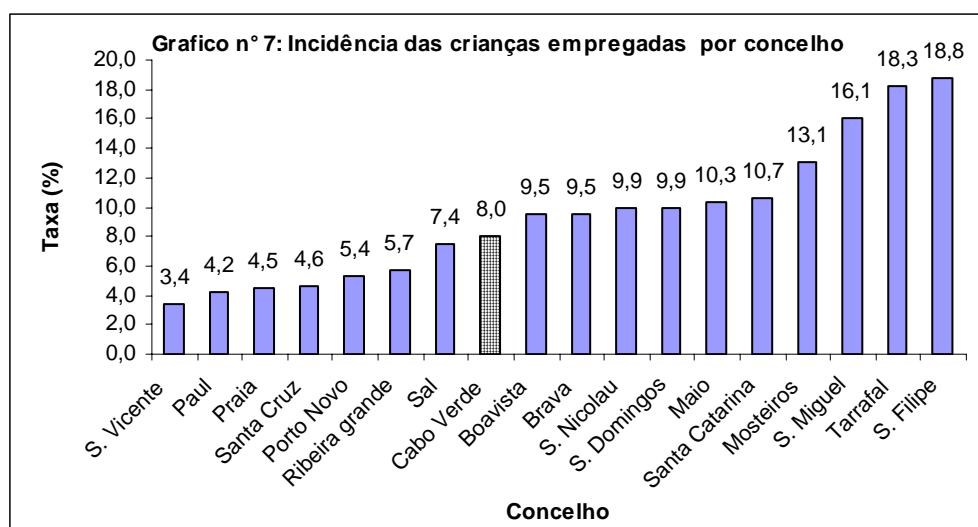
No que se refere às crianças desempregadas que já trabalharam, também a maioria reside no meio rural, representando 52%, apesar da repartição entre os dois meios ser mais equilibrada. Existem diferenças na repartição entre os sexos: os rapazes residentes no meio urbano constituem a maioria, enquanto que as raparigas representam um pouco mais de metade no meio rural (Quadro n°24).

Quadro n° 24: Repartição das crianças desempregada que já trabalharam por meio de residencia segundo sexo

Meio de residencia	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Cabo Verde	4221	100	1722	100	2499	100
Urbano	2045	48,4	924	53,7	1121	44,9
Rural	2176	51,6	798	46,3	1378	55,1

Relativamente aos concelhos verifica-se do Gráfico n°7 que existem algumas disparidades: a maior incidência verifica-se no concelho de S. Filipe (19%) e, na Brava, S. Nicolau, S. Domingos, Maio, S. Miguel, Santa Catarina, Tarrafal, as taxas oscilam entre 10-18% , valores superiores à média nacional.

Nos restantes concelhos as taxas variam entre 3-8%, valores inferiores à média nacional, entre os quais verifica-se a taxa mais baixa em S. Vicente. Estas diferenças podem ser consideradas normais, visto que os concelhos de S. Filipe, Santa Catarina, Tarrafal e S. Miguel são essencialmente rurais e conforme visto anteriormente, é nesse meio que as crianças que trabalham constituem a maioria.



Nos concelhos de S. Nicolau, Maio, Santa Cruz, S. Filipe e Brava as taxas de incidência para as crianças desempregadas situam-se acima da média nacional, com valor mais elevada em S. Nicolau (6%). São inferiores à media nacional nos restantes concelhos, atingindo 1% na Boavista, correspondente ao valor mais baixo (Quadro n° 25).

Quadro n°25: Incidência das crianças empregadas e desempregadas segundo sexo por concelho

Concelho	Empregadas			Desempregadas		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total	8,0	9,6	6,5	4,5	3,7	5,3
Ribeira Grande	5,7	8,2	3,1	3,7	2,9	4,5
Paul	4,2	5,4	2,8	4,1	4,2	3,9
Porto Novo	5,4	7,2	3,6	3,6	2,9	4,3
S. Vicente	3,4	4,0	2,7	4,6	5,1	4,2
S. Nicolau	9,9	11,7	8,1	6,2	6,1	6,2
Sal	7,4	10,7	4,3	3,3	3,0	3,6
Boavista	9,5	11,0	7,9	1,2	0,2	2,3
Maio	10,3	11,3	9,4	5,4	3,2	7,6
Tarrafal	18,3	17,5	19,0	2,3	1,5	3,0
Santa Catarina	10,7	11,5	9,9	3,0	1,9	4,2
Santa Cruz	4,6	6,6	2,6	8,1	7,5	8,8
Praia	4,5	5,9	3,2	4,6	3,6	5,5
S. Domingos	9,9	11,4	8,3	4,2	3,1	5,4
S. Miguel	16,1	15,0	17,1	2,0	1,4	2,6
Mosteiros	13,1	15,6	10,6	3,4	1,4	5,4
S. Filipe	18,8	24,0	13,4	6,0	3,6	8,5
Brava	9,5	11,5	7,3	5,1	3,9	6,4

B.4. Crianças empregadas segundo relação de parentesco com o chefe do agregado

Das 7.549 crianças que trabalham, 7.508 responderam à questão sobre a relação de parentesco com o chefe do agregado. A percentagem de crianças *sem parentesco* com o chefe a trabalharem é o dobro daquelas com *algum laço de parentesco com o chefe*, exactamente, cerca de 15% contra aproximadamente 8% (Quadro nº26). Esta relação é ainda mais desfavorável para os rapazes do que para as raparigas, o que indicia uma entrada mais cedo na vida activa nos homens, também para estas idades, conforme visto anteriormente. A necessidade de se tornarem independentes mais cedo por parte das crianças fora do seu lar natural fazem com que as diferenças nos laços familiares pressionem mais estas crianças do que aquelas que são filhos ou enteados do chefe ou possuem algum laço familiar com ele.

Quadro nº 26: Repartição das crianças de 10 anos ou mais por condição perante o trabalho segundo relação de parentesco com o chefe do agregado

Sexo/Actividade Económica	Total		Chefe		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total CV	93.575	100	249	100	466	100	68.483	100	21.635	100	2.742	100
Empregado	7.508	8,0	99	39,8	105	22,5	5.282	7,7	1.620	7,5	402	14,7
Desempregado	4.193	4,5	46	18,5	179	38,4	2.880	4,2	929	4,3	159	5,8
Inactivo	81.874	87,5	104	41,8	182	39,1	60.321	88,1	19.086	88,2	2.181	79,5
Masculino	Total		Chefe do Agregado		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
Total	46.610	100	108	100	18	100	34.903	100	10.536	100	1.045	100
Empregado	4.469	9,6	61	56,5	5	27,8	3.300	9,5	953	9,0	150	14,4
Desempregado	1.713	3,7	12	11,1	0	0,0	1.263	3,6	386	3,7	52	5,0
Inactivo	40.428	86,7	35	32,4	13	72,2	30.340	86,9	9.197	87,3	843	80,7
Feminino	Total		Chefe do Agregado		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
Total	46.965	100	141	100	448	100	33.580	100	11.099	100	1.697	100
Empregado	3.039	6,5	38	27,0	100	22,3	1.982	5,9	667	6,0	252	14,8
Desempregado	2.480	5,3	34	24,1	179	40,0	1.617	4,8	543	4,9	107	6,3
Inactivo	41.446	88,2	69	48,9	169	37,7	29.981	89,3	9.889	89,1	1.338	78,8

Das crianças chefe de agregado que trabalham, a maioria fá-lo no meio urbano, cerca de 60% contra 40% no meio rural, o que pode indicar uma propensão superior no meio urbano para se ser mais independente do que no meio rural (Quadro nº27).

Quadro nº 27: Repartição das crianças de 10 anos ou mais por condição perante o trabalho segundo relação de parentesco com o chefe e meio de residência

Urbano	Total	Chefe	Cônjuge	Filho/Enteado	Parente do Chefe	Sem Parentesco
Total	52,4	62,7	57,1	52,8	49,4	64,2
Empregado	26,3	59,6	41,0	23,8	24,2	57,0
Desempregado	48,4	65,2	58,7	46,6	49,6	58,5
Inactivo	55,0	64,4	64,8	55,6	51,5	65,9
Rural	Total	Chefe	Cônjuge	Filho/Enteado	Parente do Chefe	Sem Parentesco
Total	47,6	37,3	42,9	47,2	50,6	35,8
Empregado	73,7	40,4	59,0	76,2	75,8	43,0
Desempregado	51,6	34,8	41,3	53,4	50,4	41,5
Inactivo	45,0	35,6	35,2	44,4	48,5	34,1

Diferenças significativas existem ainda para os outros membros do agregados que não o cônjuge. Para os filhos/enteados do chefe, verificamos que 3 em cada 4 trabalham no meio rural, proporção essa que é semelhante para os membros do agregado com algum laço familiar com o chefe. Para as crianças sem parentesco com o chefe, verifica-se que a maioria trabalha no meio urbano. Esta situação mostra que, sendo o trabalho precário mais acentuado no meio rural, a situação das crianças que trabalham no meio urbano tende a ser mais duradoura e visando outros objectivos que não o apoio familiar. Eventualmente, visando a termo a independência financeira ou, pelo menos, a não dependência financeira do agregado do chefe.

B.5. Perfil das crianças empregadas

B.5.1. Frequência escolar

A maioria das crianças que trabalham frequentaram alguma vez uma escola. É assim que, cerca de 80% destas crianças estão nesta condição, sem diferenciação entre os sexos. Aquelas que nunca frequentaram uma escola constituem uma proporção não significativa (cerca de 2%) (Quadro nº28). Este facto revela-nos que a maioria das crianças iniciam a estudar, mas, por motivo de pobreza, insucesso escolar ou outro motivo são obrigados a abandonar. Importa realçar a existência de um numero significativo de crianças que têm o estatuto de trabalhadores-estudantes (1.351), ou seja crianças que estudam e trabalham.

Quadro nº 28: Repartição das crianças empregadas segundo sexo por frequência escolar

Frequencia escolar	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	7531	100	4484	100	3047	100
Nunca frequentou	184	2,4	102	2,3	82	2,7
Frequentou	5996	79,6	3566	79,5	2430	79,8
Está a frequentar	1351	17,9	816	18,2	535	17,6
URBANO						
Total	1986	100	1210	100	776	100
Nunca frequentou	46	2,3	34	2,8	12	1,5
Frequentou	1773	89,3	1092	90,2	681	87,8
Está a frequentar	167	8,4	84	6,9	83	10,7
RURAL						
Total	5545	100	3274	100	2271	100
Nunca frequentou	138	2,5	68	2,5	70	2,1
Frequentou	4223	76,2	2474	76,2	1749	75,6
Está a frequentar	1184	21,4	732	21,4	452	22,4

Tanto no meio urbano como no rural a proporção das crianças empregadas que frequentaram uma escola é bastante elevada, sendo a proporção no urbano relativamente mais elevada que no rural, ou seja, cerca de 89% contra 76%. Entre aquelas que trabalham e frequentam uma escola, sucede o inverso, isto é, proporção mais elevada no meio rural que no urbano (21% e 8% respectivamente).

No meio rural as crianças que trabalham estão provavelmente envolvidas na produção familiar que não as impede, no entanto, de frequentarem uma escola. Todavia, não obstante estarem a frequentar uma escola, considera-se que vivem em condições particularmente difíceis, porque o facto de trabalharem e estudarem ao mesmo tempo representa uma grande sobrecarga.

No meio urbano, a proporção das crianças empregadas e que se encontram a frequentar uma escola é relativamente mais elevada entre as raparigas (11% contra 7% para os rapazes) enquanto que, no meio rural, essa proporção corresponde a 22% para os dois sexos.

Novamente, as crianças que trabalham e estudam sem parentesco com o chefe do agregado mostram uma situação menos favorável, na medida em que 10% delas estudam e trabalham simultaneamente contra 19% das que são filhos/enteados do chefe e 17% das que possuem algum laço de parentesco com ele (Quadro n° 29).

Quadro n° 29: Repartição das crianças empregadas por frequência escolar segundo condição perante o trabalho e sexo

Sexo/ Freq. Escolar	Total		Chefe		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total CV	7.491	100	99	100	105	100	5.267	100	1.618	100	402	100
Nunca Frequentou	183	2,4	4	4,0	6	5,7	116	2,2	45	2,8	12	3,0
Frequentou	5.962	79,6	87	87,9	97	92,4	4.135	78,5	1.295	80,0	348	86,6
Está a Frequentar	1.346	18,0	8	8,1	2	1,9	1.016	19,3	278	17,2	42	10,4
Masculino	Total		Chefe		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
Total	4.458	100	61	100	5	100	3.289	100	953	100	150	100
Nunca Frequentou	101	2,3	2	3,3	0	0,0	68	2,1	29	3,0	2	1,3
Frequentou	3.544	79,5	54	88,5	5	100,0	2.602	79,1	750	78,7	133	88,7
Está a Frequentar	813	18,2	5	8,2	0	0,0	619	18,8	174	18,3	15	10,0
Feminino	Total		Chefe		Cônjuge		Filho/Enteado		Parente do Chefe		Sem Parentesco	
Total	3.033	100	38	100	100	100	1.978	100	665	100	252	100
Nunca Frequentou	82	2,7	2	5,3	6	6,0	48	2,4	16	2,4	10	4,0
Frequentou	2.418	79,7	33	86,8	92	92,0	1.533	77,5	545	82,0	215	85,3
Está a Frequentar	533	17,6	3	7,9	2	2,0	397	20,1	104	15,6	27	10,7

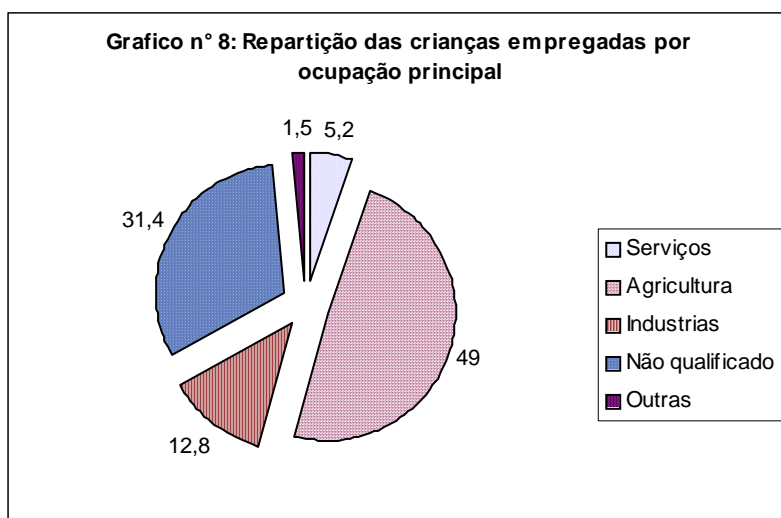
Se entendermos que, embora haja uma maior proporção de filhos/enteados que subsistem com o apoio da família e que estes dependem muito menos do seu salário para sobreviver, podemos concluir que existe um maior apoio dos familiares para a continuação dos estudos dessas crianças, daí a sua proporção ser mais significativa. Digamos que, as crianças sem parentesco com o chefe coloca-se um trade-off entre continuar os estudos ou dedicar-se em exclusivo ao trabalho, pelo que a proporção das que estudam e que trabalham teria de ser forçosamente menor.

Aliás, esta conclusão pode ser retirada também para as crianças que são chefe de agregado, na medida em que a assunção das responsabilidades familiares coloca-as numa posição em que deverão optar pela escola ou pelo trabalho em regime de exclusividade.

B.5.2. Ocupação principal

Pretende-se conhecer a profissão exercida pelas crianças que trabalham, isto é, o conjunto de tarefas desempenhadas na semana anterior ao Censo.

A maior parte destas crianças trabalha na agricultura, criação de animais e pesca ou são trabalhadores não qualificados⁵, representando estas duas ocupações cerca de 80%. Seguem-se as que trabalham nas indústrias extractivas e de construção civil, que correspondem a 12%, e as que exercem actividades ligadas aos serviços e comércio que correspondem a 5% (Gráfico n.º8).



A discriminação em relação ao sexo começa a delinear-se já nesta fase, em que as raparigas correspondem uma maior proporção dos trabalhadores não qualificados (41% contra 9% para rapazes) e maior proporção das crianças que exercem actividades relacionadas com os serviços (25% e 3% respectivamente para os dois sexos). Os rapazes destacam-se principalmente na agricultura criação de animais, representando cerca de 53%, e nas indústrias extractivas e de construção civil (18%) (Quadro n.º30).

Existem diferenças em relação aos meios de residência: no meio urbano, à semelhança do que se verifica a nível nacional, cerca de 43% das crianças empregadas são trabalhadoras não qualificadas, e quase 10% trabalham na agricultura, enquanto que, no meio rural esta ocupação é a dominante e representa cerca de 63%.

⁵ Incluindo vendedores ambulantes de produtos consumáveis

Quadro nº 30: Repartição das crianças empregadas por ocupação principal segundo sexo

Sexo	Ocupação principal											
	Total		Serviços		Agricultura		Indústrias		Não qualificado		Outras	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	7177	100	372	5,2	3518	49,0	920	12,8	2256	31,4	111	1,5
Masculino	4325	100	119	2,8	2282	52,8	759	17,5	1091	25,2	74	1,7
Feminino	2852	100	253	8,9	1236	43,3	161	5,6	1165	40,8	37	1,3
URBANO												
Total	1869	100	266	14,2	186,0	10,0	563	30,1	797	42,6	57	3,0
Masculino	1153	100	91	7,9	146,0	12,7	500	43,4	381	33,0	35	3,0
Feminino	716	100	175	24,4	40,0	5,6	63	8,8	416	58,1	22	3,1
RURAL												
Total	5308	100	106	2,0	3332	62,8	357	6,7	1459	27,5	54	1,0
Masculino	3172	100	28	0,9	2136	67,3	259	8,2	710	22,4	39	1,2
Feminino	2136	100	78	3,7	1196	56,0	98	4,6	749	35,1	15	0,7

Esta diferença pode ser considerada normal, uma vez que a agricultura é a principal actividade do meio rural e aquela que absorve grande parte de mão de obra. No meio rural a proporção das crianças que trabalham nas indústrias extractivas e de construção civil é relativamente mais baixa (7%) do que no urbano (30%).

A necessidade de rendimento faz com que as crianças *chefe do agregado*, e por isso com responsabilidades familiares, se dediquem muito menos à agricultura e pecuária. Daí que se encontram repartidas por muitos outros grupos, predominando, no entanto, como trabalhadores não qualificados e por conta própria sem rendimentos fixos e regulares. Compreende-se este facto pela ausência de qualificações profissionais e baixo nível de instrução dessas crianças (Quadro ANEXO A8).

O mesmo se passa com as crianças *sem parentesco* com o chefe, em que a maioria são trabalhadores não qualificados, exactamente pelas mesmas razões apontadas anteriormente. Essas razões explicam, por exclusão de partes, que as crianças com algum grau de parentesco com o chefe do agregado se dediquem em maior proporção à agricultura e pecuária, actividades menos dependentes de terceiros e de rendimento variável, podendo contar estas crianças com maior apoio familiar.

As diferenças nas profissões exercidas também são sensíveis se considerarmos onde são realizadas e a relação da criança com o chefe. As sem laços de parentesco com o chefe trabalham maioritariamente nos centros urbanos, sendo proporcionalmente mais elevadas nas zonas rurais apenas para as profissões relacionadas com a agricultura e criação animal.

Os filhos/enteados e outras crianças parentes do chefe são maioritárias nas zonas rurais em todos os grupos de profissões. Aquelas que são chefe de agregado executam as suas profissões maioritariamente no meio urbano (60%). De referir que apenas na agricultura e pecuária é que existe, para as que são chefe, mais crianças no meio rural do que no urbano.

B.5.3. Actividade económica

Pretende-se conhecer o tipo de produção ou a actividade económica desenvolvida pela empresa, estabelecimento ou entidade, onde o indivíduo exerce a profissão.

Como se poderia esperar mais de metade crianças trabalham para o sector primário pelo forte peso que ocupam na agricultura e pecuária, seguindo-se as que trabalham no sector terciário 33% (Quadro nº31).

Existem diferenças relativamente acentuadas entre os sexos: a proporção das que trabalham no sector primário é relativamente mais elevada entre os rapazes (57%) do que entre as raparigas (50%), enquanto que a proporção das que trabalham no sector terciário é relativamente mais elevada entre as raparigas do que entre os rapazes (45% e 24% respectivamente).

No meio urbano a situação é totalmente diferente à media nacional, predominando os serviços com praticamente 60% e a agricultura com apenas 11%. No meio rural, pelo contrário, os serviços representam apenas 23% do trabalho das crianças enquanto que a agricultura e pecuária representam 69%.

Quadro nº31: Repartição das crianças empregadas segundo sexo por sector de actividade

Sector de actividade	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	7218	100	4354	100	2864	100
Primario	3905	54,1	2474	56,8	1431	50,0
Secundario	966	13,4	820	18,8	146	5,1
Terciario	2347	32,5	1060	24,4	1287	44,9
URBANO						
Total	1890	100	1170	100	720	100
Primario	212	11,2	161	13,8	51	7,1
Secundario	567	30,0	501	42,8	66	9,2
Terciario	1111	58,8	508	43,4	603	83,8
RURAL						
Total	5328	100,0	3184	100,0	2144	100,0
Primario	3693	69,3	2313	72,6	1380	64,4
Secundario	399	7,5	319	10,0	80	3,7
Terciario	1236	23,2	552	17,4	684	31,9

B.5.4. Situação na profissão

Pretende-se conhecer o tipo de vínculo laboral que explicita ou implicitamente liga a pessoa à organização (empregador) ou a outras pessoas.

Praticamente metade das crianças eram Trabalhadores Familiares Sem Remuneração (TFSR), sobretudo no meio rural que é onde trabalha a maior parte das crianças e 15% trabalham por Conta Própria. Para os sectores mais estruturados da economia (sector administrativo, público ou privado, e o sector empresarial privado) trabalham cerca de 18% das crianças (Quadro A9 do ANEXO).

A proporção das que são chefe e que trabalham para o sector empresarial privado (22%) é o dobro da média para o conjunto das crianças, embora a maior parte trabalhe por Conta Própria (34%), e apenas 6% são TFSR, valor muito inferior ao conjunto das crianças, o que indicia uma necessidade premente de busca de rendimento, pela situação de responsabilidade que ocupam na hierarquia familiar.

1 em cada 5 trabalham para as famílias, não havendo diferenças significativa consoante o meio de residência, excepto para as que são chefe TFSR e para as que trabalham no Sector Público Administrativo (SPA), em que a proporção no meio rural é largamente superior à do meio urbano.

As crianças que são filhos/enteados ou com algum laço de parentesco com o chefe do agregado seguem o mesmo padrão que o seguido para o conjunto das crianças, predominando os TFSR. As que não têm laços de parentesco com o chefe, encontram-se a maioria abrangidas em outras situações, em detrimento do TFSR, sobretudo no meio urbano. Mas, no meio rural, o peso dos TFSR é igualmente significativo.

C- POPULACAO DOS 12-19 ANOS NÃO SOLTEIRA

Conforme visto anteriormente o alargamento da idade até aos 19 anos para caracterização do estado civil, foi no intuito de disponibilizar informações que melhor sirvam aos programas da área de saúde sexual e reprodutiva. A importância da caracterização da população dos 12-19 anos segundo estado civil, advém do facto da união conjugal, ter relação directa com o inicio da vida reprodutiva e pelo facto de nos permitir medir a importância da união precoce.

C.1. Repartição por estado civil

Entre 86.386 indivíduos com idade compreendida entre 12-19 anos que declararam o estado civil, 80.513 ou seja, 97%, corresponde à população solteira. A população *não solteira*, ou seja aquela cujo estado civil pertence à categoria de casada ou união de facto, viúva separada ou divorciada, é constituída por um total de 2.873 indivíduos, entre as quais, 2.556 são raparigas, correspondendo a 89% e 371 pertencem ao sexo masculino, representando apenas 11% (Quadro A10 do ANEXO).

Por se tratar de situação esperada para a idade, a *população solteira* não será objecto de análise. Será analisada apenas a *população não solteira*, ou seja aquela que, à luz da Convenção sobre os Direitos da Criança, é considerada em situação particularmente difícil pela dupla violação dos direitos da criança: por um lado, por ter contraído a união conjugal no período considerado de escolaridade e, de outro, pela maioria ter idade inferior à estipulada por Lei com reflexos directos e negativos na saúde, educação e instrução.

Importa realçar que esta população constitui aproximadamente 2% da população total não solteira em Cabo Verde e cerca de 3% da população da mesma idade. Embora estas proporções do ponto de vista estatístico possam não ser relevantes, não deixam de ter alguma relevância socio-cultural pelo significado e importância que poderão assumir, do ponto de vista social. Não obstante a ausência de dados sobre os períodos precedentes não permitam mostrar a evolução desta situação, o debate actual gerado em torno desta matéria reforça a pertinência desta análise, cujos dados poderão contribuir para subsidiar as opções e políticas de saúde sexual e reprodutiva.

A população dos 12-19 anos não solteira é constituída maioritariamente por indivíduos que vivem em união conjugal, (93%). Contudo, não deixa de ser preocupante o facto de existir uma proporção muito reduzida, cerca de 7%, que já interrompeu a união (Quadro nº32).

Quadro nº 32: Repartição da população não solteira dos 12-19 anos por estado civil segundo sexo e idade

Sexo e Idade	Estado civil		
	Total	Unida	Não unida
Total	100,0	93,2	6,8
<16	100,0	93,0	7,0
16-19	100,0	93,2	6,8
Masculino	100,0	93,4	6,6
<16	100,0	90,7	9,3
16-19	100,0	93,8	6,2
Feminino	100,0	93,2	6,8
<16	100,0	93,6	6,4
16-19	100,0	93,2	6,8
OBS: Efectivos encontram-se no ANEXO			

C.2. Estrutura por sexo e idade

O Quadro nº33 apresenta a estrutura por sexo e idade da população dos 12-19 anos não solteira. Ela é constituída maioritariamente por raparigas (2.556), cuja estrutura por idade apresenta uma tendência que se pode considerar normal, isto é, valores *poucos expressivos* nas idades mais jovens, *aumentando à medida em que a avança* a idade, correspondendo a população do grupo dos 16-19 anos cerca de 93%.

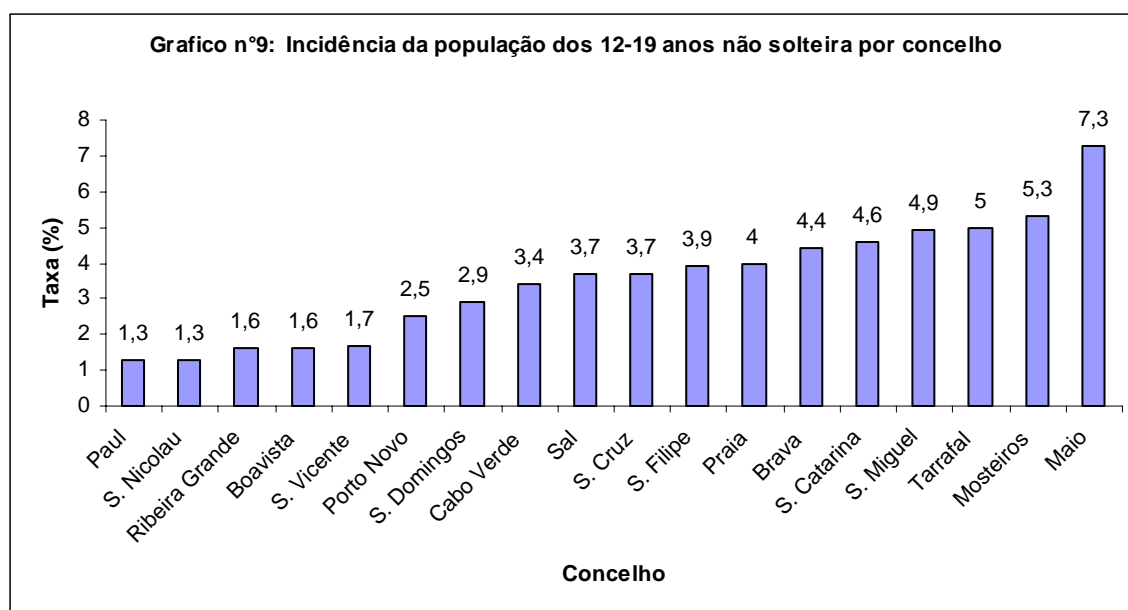
A proporção dos rapazes com idade inferior a 16 anos, corresponde ao dobro das raparigas, enquanto que, entre aquelas com idade compreendida entre 16-19 anos, a proporção das raparigas é relativamente mais elevada que a dos rapazes (93% contra 86%).

Quadro nº33: Estrutura por sexo e idade da população dos 12-19 anos não solteira

Idade	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	2873	100	317	100	2556	100
<16	214	7,4	43	13,6	171	6,7
16-19	2659	92,6	274	86,4	2385	93,3

C.3. Repartição por concelho

O gráfico nº8 apresenta a taxa de incidência da população dos 12-19 anos não solteira por concelho. Nos concelhos do Maio, Mosteiros, Tarrafal, S. Miguel, Praia, Sal, S. Filipe, Brava, Santa Catarina e Santa Cruz as taxas de incidência são mais elevadas que a média nacional, atingindo no Maio valor superior ao dobro da média nacional (7%). Nos restantes concelhos as taxas são inferiores à média nacional, variando entre 1% para Paul e S. Nicolau e cerca de 3% para S. Domingos. O facto de existir maior taxa de incidência no concelho do Maio impõe-nos um certo número de questões que infelizmente não poderão ser respondidas no âmbito desta análise.



C.4. Frequência escolar e nível de instrução das raparigas

Entre as raparigas que declararam a frequência escolar, conforme se poderia esperar, a maioria, ou seja cerca de 85%, já tinha frequentado um estabelecimento de ensino. Importa realçar que todavia existe cerca de 13% destas raparigas que se encontram actualmente a frequentar uma escola (Quadro nº34).

A frequência escolar diminui com a idade. Assim, a proporção das que frequentam estabelecimento de ensino é relativamente mais elevada entre as menores de dezasseis anos (34%) do que entre aquelas com idade compreendida entre 16-19 anos (11%).

Quadro nº34: Repartição das raparigas dos 12-19 anos não solteiras por frequência escolar segundo idade

Sexo e Idade	Frequência escolar							
	Total		Nunca frequentou		Frequentou		Esta a frequentar	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	2870	100	83	2,9	2401	83,7	386	13,4
<16	497	100	16	3,2	343	69,0	138	27,8
16-19	2373	100	67	2,8	2058	86,7	248	10,5
Feminino	2553	100	74	2,9	2159	84,6	320	12,5
<16	171	100	8	4,7	105	61,4	58	33,9
16-19	2382	100	66	2,8	2054	86,2	262	11,0

Quanto ao nível de instrução verifica-se que, entre as raparigas que se encontram a frequentar uma escola, cerca de 86% atingiram o nível secundário. Entre aquelas que já frequentaram e por alguma razão abandonaram, o nível máximo atingido pela maioria foi o EBI (77%) (Quadro nº35).

Quadro nº35: Repartição das raparigas dos 12-19 anos não solteiras por nível de instrução segundo frequência escolar e sexo

Frequência escolar e sexo	Nível de instrução					
	Total		Alfab./EBI		Secundário	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	2752	100	1885	68,5	867	31,5
Feminino	2449	100	1682	68,7	767	31,3
Frequentou	2373	100	1825	76,9	548	23,1
Feminino	2135	100	1638	76,7	497	23,3
Esta a frequentar	378	100	59	15,6	319	84,4
Feminino	313	100	43	13,7	270	86,3

C.5. Principal meio de vida das raparigas

Para análise deste sub-capítulo, as alternativas *para a* resposta referentes à questão, sobre principal meio de vida foram agrupadas em duas categorias:

- *Autónomas* –aquelas que declararam como principal meio de vida o trabalho, rendimento de propriedade/empresa ou pensão;

- *Dependentes* - aquelas que declararam como principal meio de vida a cargo de família residente em Cabo Verde ou no estrangeiro, ou outra situação.

O Quadro nº36 mostra-nos que a maioria destas raparigas são dependentes. Assim, cerca de 76% vivem a cargo de família residente no país ou no estrangeiro, e apenas um pouco menos de um quarto, são autónomas, isto é, vivem principalmente do seu trabalho. Conforme se poderia esperar, a situação de dependência diminui com a idade. É assim que a proporção de dependência é relativamente mais elevada entre as menores de 16 anos (85%) do que entre aquelas com idade compreendida entre 16-19 anos. A elevada proporção de dependentes poderá atribuir-se aqueles casos em que os filhos continuam a viver no mesmo agregado com os pais após a união.

Quadro nº 36: Repartição das raparigas dos 12-19 anos não solteiras por principal meio de vida segundo idade

Idade	Principal meio de vida					
	Total		Autónomas		Dependente	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Ambos sexos	2868	100	787	27,4	2081	72,6
<16	213	100	38	17,8	175	82,2
16-19	2655	100	749	28,2	1906	71,8
FEMININO						
Total	2551	100	605	23,7	1946	76,3
<16	170	100	25	14,7	145	85,3
16-19	2381	100	580	24,4	1801	75,6

C.6. Principal meio de vida dos cônjuges

Só é possível analisar os conjugues das raparigas chefe de agregados ou cônjuges e que coabitam no mesmo agregado. Importa frisar que, entre as 1.527 raparigas que se encontram nesta situação 1.454 coabitam com o conjugue no mesmo agregado.

Entre os cônjuges que declararam o principal meio de vida, cerca de 61% são autónomos, isto é, vivem principalmente do trabalho, e cerca de 39% são dependentes. Deve-se salientar que a autonomia aumenta com a idade como é esperado. Enquanto que os conjugues com idade compreendida entre os 12-17 anos nesta condição representam menos de 1%, para os que possuem entre 25-39 anos este valor eleva-se para totalidade (Quadro nº 37).

Quadro nº 37: Repartição dos cônjuges por principal meio de vida segundo idade

Grupos de idade	Principal meio de vida					
	Total		Autonomas		Dependentes	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	1221	100	740	60,6	481	39,4
12-17	453	100	4	0,9	449	99,1
18-24	746	100	714	95,7	32	4,3
25-39	22	100	22	100,0	0	0,0

D. CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

A realidade mostra-nos que as barreiras socio-culturais e económicas determinam as consequências de uma incapacidade para a vida quotidiana de uma pessoa, impedindo-a do acesso aos serviços disponíveis aos outros cidadãos, como a educação, saúde, habitação, emprego, transportes e mesmo a uma vida familiar.

A caracterização das crianças portadoras de deficiência revela-se de grande importância, na medida em que fornece elementos que poderão apoiar na criação de condições adequadas para garantir a igualdade de oportunidades sociais e educacionais, facilitando assim a sua reabilitação física e integração social.

D.1. Volume e repartição por sexo

I.

II. As crianças portadoras de deficiência correspondem a um contingente de 3.157 indivíduos, entre os quais os rapazes representam um efectivo de 1.729 indivíduos, correspondendo a 55% e as raparigas a 1.428, correspondendo a 45% (Quadro A11 do ANEXO).

III.

IV. Estas crianças correspondem a cerca de 23% da população total portadora de deficiência em Cabo Verde e cerca de 2% do total da população com idade compreendida entre 0-17 anos, o que constitui uma situação preocupante, tendo em conta que, para muitas crianças, a presença de uma deficiência pode dificultar a realização de actividades que são essenciais para o seu normal desenvolvimento. E, tanto mais grave se torna, quando a nível da família e da sociedade em geral se têm atitudes e comportamentos discriminatórios, durante estes anos críticos em que a personalidade e a auto-imagem da criança estão a desenvolver-se.

V.

VI. D.2. Estrutura por sexo e idade

Entre as crianças portadoras de deficiência as menores de 15 anos representam cerca de 81%. Destas, cerca de 65% têm entre 6-14 anos, 8% entre 0-3 anos e cerca de 9% entre 4-5 anos, ou seja idade da frequência do pré-escolar. A baixa incidência na população dos 0-5 anos deve-se certamente à vacinação das crianças e à melhoria da saúde materno-infantil em geral (Quadro nº38).

A relação de masculinidade indica que a nível nacional, em cada 100 raparigas portadoras de deficiência, 121 são rapazes. Esta situação mantém-se a nível de todos os grupos de idade com diferenças elevadas no grupo dos 15-17 anos.

Quadro nº 38: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para as crianças portadoras de deficiência

Idade	Total		Masculino		Feminino		Relação de mascul.
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	
Total	3157	100,0	1729	100,0	1428	100,0	121
0-3	252	8,0	132	7,6	120	8,4	110
4-5	273	8,6	150	8,7	123	8,6	122
6-14	2038	64,6	1101	63,7	937	65,6	118
15-17	594	18,8	346	20,0	248	17,4	140

D.3. Repartição espacial

VII.

VIII. A maioria das crianças portadoras de deficiência reside no meio rural, correspondendo a uma proporção de 53%, contra 47% no meio urbano. As características orográficas das regiões rurais, a limitação dos serviços de cuidados de saúde primários, com especial ênfase na Protecção Materno-Infantil ⁶, no aconselhamento aos pais sobre factores genéticos, na vacinação contra doenças infecciosas e na prevenção de acidentes e higiene do meio ambiente poderão ser factores que contribuam para a elevada taxa no meio rural (Quadro nº 39).

IX.

X. A repartição por meio de residência é idêntica à média nacional, não se registando diferenças significativas: entretanto, a proporção dos raparigas é relativamente mais elevada que a dos rapazes no meio urbano (49% contra 46%), enquanto que, a dos rapazes é relativamente mais elevada que a das raparigas no rural, isto é, 54% contra 51% respectivamente.

⁶ atenção as grávidas, recém-nascidas e crianças

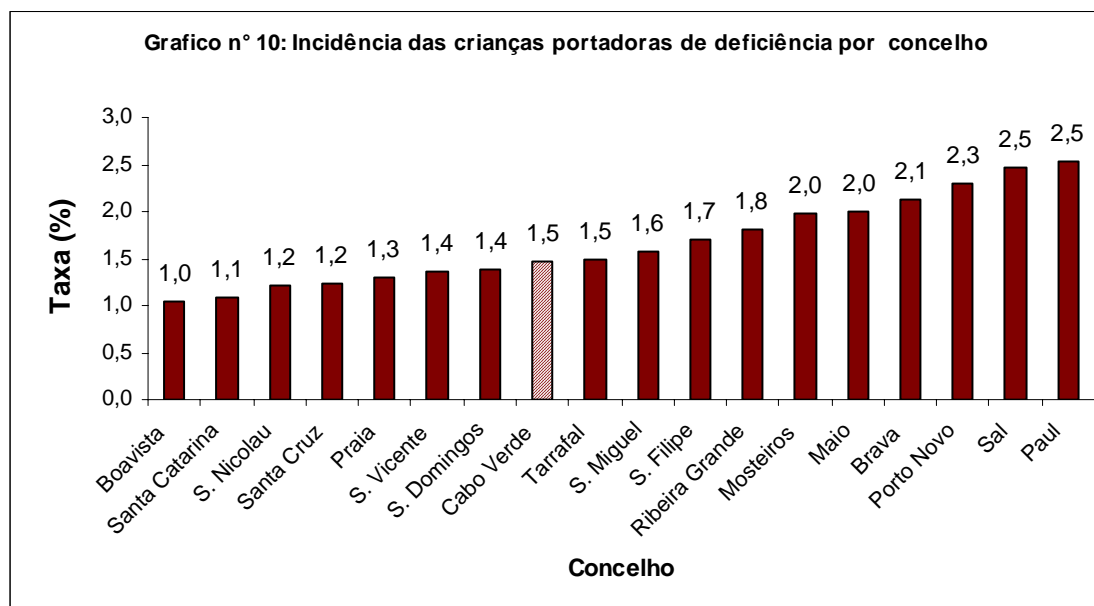
Quadro nº39: Repartição das crianças portadoras de deficiência segundo sexo por meio de residência

Meio de residência	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Cabo Verde	3157	100	1729	100	1428	100
Urbano	1486	47,1	792	45,8	694	48,6
Rural	1671	52,9	937	54,2	734	51,4

XI.

XII.

O Gráfico nº10 apresenta a incidência das crianças portadoras de deficiência por concelho. A maior taxa verifica-se nos concelhos do Sal e Paul. Seguem-se os concelhos de Porto Novo, Brava, Ribeira Grande, S. Filipe, S. Miguel, Tarrafal, Maio e Mosteiros com valores também relativamente mais elevados que a média nacional. Nos restantes concelhos as taxas de incidência são inferiores à media nacional, correspondendo no concelho de Boavista ao valor mais baixo (1%). Esta situação difere da repartição da população total portadora de deficiência, em que se verifica no concelho de Boavista uma incidência superior à media nacional (3%).



Quadro n°40: Incidência das crianças portadoras de deficiência segundo sexo por concelho

Concelhos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Total	1,5	1,6	1,3
Ribeira Grande	1,8	2,1	1,5
Paul	2,5	2,6	2,4
Porto Novo	2,3	2,6	2,0
S. Vicente	1,4	1,6	1,2
S. Nicolau	1,2	1,3	1,1
Sal	2,5	2,3	2,7
Boavista	1,0	1,1	1,0
Maio	2,0	2,0	2,0
Tararfa	1,5	1,6	1,3
Santa Catarina	1,1	1,2	1,0
Santa Cruz	1,2	1,4	1,1
Praia	1,3	1,4	1,2
S. Domingos	1,4	1,3	1,4
S. Miguel	1,6	1,7	1,4
Mosteiros	2,0	2,5	1,5
S. Filipe	1,7	1,9	1,5
Brava	2,1	2,7	1,5

D.4. Tipos de Deficiência

Conhecer os diferentes tipos de deficiências que afectam as crianças constitui informação importante para os serviços de reabilitação, no âmbito da implementação de políticas sociais.

Quase metade das crianças, é portadora de uma deficiência motora e cerca de 45% portadora de uma deficiência incluída na categoria de outra. Importa realçar que uma proporção não negligenciável (7%) é portadora de deficiência múltipla. A situação social das crianças desse grupo é ainda mais grave do que as outras devido à natureza da própria deficiência, pois dificilmente podem ser integradas nos jardins, e nas escolas, por possuírem na maioria dependência total de outras pessoas (Quadro n°41).

Esta repartição vai de encontro à da população total portadora de deficiência, apesar da proporção correspondente às deficientes motoras ser relativamente inferior à da população total (52%) e a das deficientes incluída na categoria de outra ser superior (41%). A das portadoras de deficiência múltipla corresponde à mesma proporção da população total.

Existem diferenças importantes em todos os tipos de deficiência entre os dois meios de residência: a proporção das portadoras de deficiência motora é relativamente mais elevada no meio urbano do que no rural, 52% contra 46%, enquanto que, a das portadoras de outras deficiência são relativamente mais elevadas no rural (47% contra 42% no urbano). A das portadoras de deficiência múltipla é relativamente igual nos dois meios.

Quadro nº41 :Repartição das crianças portadoras de deficiência por tipo de deficiência segundo grupos de idade

Grupos de idade	Tipos de deficiência							
	Total		Motora		Múltipla		Outra	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	3157	100	1541	48,8	211	6,7	1405	44,5
0-3	252	100	170	67,5	23	9,1	59	23,4
4-5	273	100	141	51,6	16	5,9	116	42,5
6-14	2038	100	921	45,2	134	6,6	983	48,2
15-17	594	100	309	52,0	38	6,4	247	41,6
URBANO								
Total	1486	100	765	51,5	94	6,3	627	42,2
0-3	115	100	78	67,8	11	9,6	26	22,6
4-5	139	100	70	50,4	10	7,2	59	42,4
6-14	945	100	458	48,5	57	6,0	430	45,5
15-17	287	100	159	55,4	16	5,6	112	39,0
RURAL								
Total	1671	100	776	46,4	117	7,0	778	46,6
0-3	137	100	92	67,2	12	8,8	33	24,1
4-5	134	100	71	53,0	6	4,5	57	42,5
6-14	1093	100	463	42,4	77	7,0	553	50,6
15-17	307	100	150	48,9	22	7,2	135	44,0

Quanto à desagregação do grupo das outras deficiências, constata-se que as portadoras de deficiência visual têm predomínio sobre as demais (41%), o que deverá exigir uma atenção particular das instituições de saúde e educação, tendo em conta os reflexos deste problema no aproveitamento escolar. Um pouco mais de um quarto são portadoras de deficiência auditiva e 6% portadora da deficiência da fala (Quadro nº42).

Situação preocupante é o facto de cerca de 20% de crianças serem portadores de deficiência mental e 7% de deficiência múltipla, situações que exigem uma atenção particular das instituições da saúde e educação.

Quadro nº42: Repartição de outras deficiências segundo meio de residência

Outras deficiências	Total		Urbano		Rural	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	1405	100,0	627	100,0	778	100,0
Mental	285	20,3	135	21,5	150	19,3
Visual	572	40,7	277	44,2	295	37,9
Auditiva	366	26,0	139	22,2	227	29,2
Da fala	79	5,6	37	5,9	42	5,4
Múltipla	103	7,3	39	6,2	64	8,2

D.5. Frequência escolar

A análise da frequência escolar das crianças portadoras de deficiência, constitui uma das componentes mais importantes da caracterização dessas crianças. As informações poderão apoiar na formulação de políticas que visam contribuir para a sua integração social, através de uma integração escolar que possa proporcionar-lhes uma vida activa mais satisfatória na idade adulta.

O Quadro nº 43 apresenta a repartição das crianças portadoras de deficiência por frequência escolar segundo idade. Quase dois terços das com idade compreendida entre 4-17 anos e que responderam a esta questão encontram-se a frequentar uma escola. Contudo, ainda existe uma elevada proporção, cerca de 37%, que se encontra fora do sistema escolar, entre as quais, 21% nunca frequentaram e 15% já frequentaram no passado.

Cerca de 60% das com idade compreendida entre 4-5 anos nunca frequentaram o pré-escolar. Importa realçar que quase três quartos, 72%, das com idade de frequência do EBI encontram-se a frequentar uma escola. Não se observam diferenças importantes na repartição nos dois meios de residência. Entretanto, a proporção das com idade compreendida entre 4-5 anos que nunca frequentaram o pré-escolar é relativamente mais alta no meio urbano do que no rural, ou seja, 61% e 58% respectivamente para os dois meios.

Quadro nº43: Repartição das crianças portadoras de deficiência por frequência escolar segundo idade

Grupos de idade	Total		Nunca frequentou		Frequentou		Esta a frequentar	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	2899	100,0	628	21,7	443	15,3	1828	63,1
4-5	269	100,0	159	59,1	11	4,1	99	36,8
6-14	2037	100,0	368	18,1	194	9,5	1475	72,4
15-17	593	100,0	101	17,0	238	40,1	254	42,8
URBANO								
Total	1366	100,0	289	21,2	189	13,8	888	65,0
4-5	135	100,0	82	60,7	6	4,4	47	34,8
6-14	944	100,0	165	17,5	82	8,7	697	73,8
15-17	287	100,0	42	14,6	101	35,2	144	50,2
RURAL								
Total	1533	100,0	339	22,1	254	16,6	940	61,3
4-5	134	100,0	77	57,5	5	3,7	52	38,8
6-14	1093	100,0	203	18,6	112	10,2	778	71,2
15-17	306	100,0	59	19,3	137	44,8	110	35,9

O facto de existir um pouco mais de um terço de crianças portadores de deficiência fora do sistema escolar constitui um problema que, por um lado pode dever-se a factores internos do próprio sistema de educação como falta de professores com formação pedagógica adequada e de materiais didácticos e instalações adequadas, e por outro lado, a factores externos ao sistema de educação que se prendem com as condições socio-economicas dos agregados onde vivem estas crianças.

PRINCIPAIS RESULTADOS

De acordo com o conceito legal de menor definido no artigo 4º do Código de Menores, o artigo 133º do Código Civil e o artigo 1º da Convenção dos Direitos da Criança, para análise desta tema, considerou-se criança, todo o indivíduo com idade inferior a 18 anos. A problemática de protecção e desenvolvimento da criança tem estado no centro das preocupações dos sucessivos Governos, desde a Independência. Os mesmos não têm poupado esforços para que o novo ordenamento legal e constitucional seja marcado por uma inovadora concepção da infância e pela concretização dos princípios consagrados na CDC, à qual Cabo Verde aderiu formalmente em 1991.

A população dos 0-17 anos representa quase metade da população total residente nos agregados familiares em Cabo Verde, sem diferenças significativas entre os sexos. Nos últimos vinte anos, essa população cresceu a um ritmo mais moderado que a população total, facto esse, atribuído ao decréscimo da fecundidade verificado neste período.

No meio rural esta população corresponde a mais de metade da população total desse meio. Entretanto, existem disparidades a nível dos concelhos, variando a sua taxa de incidência entre 39% para o concelho de Boavista e 56% para o concelho de Santa Cruz, valor esse muito superior à média nacional.

A determinação dos laços de parentesco, são de extrema importância para análise da situação das crianças. Pois implicam um conjunto de direitos e deveres que variam segundo o contexto familiar onde vivem e que podem ter repercussões directas no seu desenvolvimento.

Assim, importa frisar que cerca de três quartos de crianças vivem com pelo menos um dos seus progenitores. Isto é, são filhos ou enteados. Entretanto, existem 250 crianças que são chefe de agregados, 471 que são cônjuges do chefe, 4.814 que não possuem qualquer laço de parentesco com o chefe e 56.941 que embora não sejam filhos possuem algum elo de parentesco com o chefe (são netos, sobrinhos, primos, irmãos, genros/nora ou outro parente). Destas, 44.973 são netos do chefe.

As crianças chefe de agregados e as cônjuges, são casos atípicos, que embora estatisticamente pouco significativos, causem alguma preocupação do ponto de vista social. A maioria reside no meio urbano e possui entre 15-17 anos. A ventilação dos dados por concelho mostra que é no Maio, Praia e Sal onde vivem em maior proporção.

Quanto ao tipo de estrutura familiar onde vivem as crianças, constata-se que um pouco mais de metade das crianças vivem em agregados com ambos os progenitores, chefiados por homens quase na totalidade. Um pouco mais de um terço vive em agregados com apenas um dos progenitores em que, contrariamente à situação anterior, são chefiados maioritariamente por mulheres. As restantes, correspondem às crianças que vivem em agregados unipessoais e em agregados não conjugais estritamente colaterais.

Quanto à origem dos meios necessários para as crianças suprirem as suas necessidades básicas como alimentação, vestuário, habitação etc., as informações indicam que as crianças sem parentesco com o chefe do agregado dependem muito menos do apoio familiar do que aquelas que possuem algum laço de parentesco com o chefe. Mais de um terço das crianças que são chefe de agregados dependem do seu trabalho para sobreviverem, situação que está muito aquém da média nacional.

No que se refere às condições de vida das crianças, os resultados atingidos ainda estão longe de alcançar os valores preconizados pela Cimeira Mundial da Infância para o ano 2000, com grande desvantagem para as crianças do meio rural. É assim que:

- menos de metade das crianças têm acesso à energia eléctrica;
- um pouco mais de dois terços têm acesso à água potável;
- a maioria não tem acesso à casa de banho, retrete e nem latrina;
- uma proporção significativa de crianças vive em agregados com graves problemas de sobreocupação de espaço.

Estes problemas conjugados com as práticas de higiene inadequadas podem ser considerados como um dos factores causadores de doenças diarreicas e respiratórias que infelizmente continuam sendo a principal causa de morbilidade e mortalidade infantil, o que condiciona a sobrevivência e desenvolvimento das crianças.

Em circunstâncias particularmente difíceis encontram-se também cerca de um quarto de crianças dos 4-17 anos que se encontram *fora do sistema escolar*. Destas, quase dois terços têm entre os *quatro e cinco anos*, facto que pode estar relacionado com a fraca expansão do sistema pré-escolar. Encontram-se também nesta condição cerca de 12% de crianças com idade compreendida entre 6-14 anos, variando esta incidência entre 5% para o concelho de Boavista e 17% para S. Miguel.

Quanto mais forte for a relação de parentesco com o chefe do agregado, *menor* é a proporção de crianças que se encontram fora do sistema escolar e *maior* a proporção daquelas que se encontram actualmente a frequentar um estabelecimento de ensino.

A proporção de crianças sem laço de parentesco ou que possuem alguma relação de parentesco com o chefe do agregado que *não sabe ler nem escrever* é muito mais elevada que a proporção daquelas que são chefes do agregado ou cônjuges.

Apesar do trabalho das crianças ser considerado internacionalmente um grave problema social e da existência de leis em cabo Verde que proíbe a contratação de menores,

existem 7.549 crianças dos 10-17 anos que trabalham. São na maioria do sexo masculino, residem principalmente no meio rural e a nível dos concelhos a taxa de incidência varia entre 3% para S. Vicente e 19% para S. Filipe. As que se encontram na idade escolar obrigatória (10-14 anos) correspondem a um pouco mais de um quarto. Existem 1351 que têm o estatuto de trabalhadores-estudantes ou seja, crianças que estudam e trabalham.

As principais actividades realizadas pelas crianças estão relacionadas com a agricultura, criação de animais e pesca e actividades não qualificadas. Entretanto, existe discriminação por sexo e o tipo de actividade exercida.

Praticamente a metade das crianças empregadas são trabalhadores familiares sem remuneração, isto é, trabalham numa actividade economica familiar sem receber qualquer remuneração. Existe também uma proporção significativa que trabalha por conta própria e para o sector administrativo ou empresarial privado.

As relações de parentesco influenciam no tipo de actividade exercida pelas crianças e nas condições em que são realizadas. Assim:

- a percentagem de crianças *sem parentesco* com o chefe que se encontra a trabalhar, é o dobro daquelas com *algum laço de parentesco com o chefe*;
- as com *algum grau de parentesco* com o chefe dedicam em grande proporção à agricultura e pecuária, actividades menos dependentes de terceiros, podendo contar assim com maior apoio familiar. A necessidade de rendimento faz com que as crianças *chefe de agregado* trabalhem principalmente por conta própria sem rendimentos fixos. É de se referir ainda que as crianças *sem parentesco* com o chefe são na maioria trabalhadores não qualificados.
- as crianças *chefe de agregados* que trabalham para o sector empresarial privado correspondem ao dobro da média nacional. As que são *filhos/enteados ou que possuem algum laço de parentesco* com o chefe são na maioria trabalhadores familiares sem remuneração. Enquanto que, em relação às crianças que *não têm laços de parentesco com o chefe*, a maioria encontra-se abrangida em outras situações.

Apesar da população abrangida neste estudo corresponder aquela com idade compreendida entre 0-17 anos, para a caracterização do estado civil foi considerada a população dos 12-19 anos, com o intuito de disponibilizar informações que melhor sirvam aos programas da área de saúde sexual e reprodutiva.

Entre esta população existem 2.873⁷ indivíduos cujo estado civil corresponde à categoria de não solteira, isto é, ou são casados, ou vivem em união de facto, ou ainda são separadas divorciadas ou viúvas. Este efectivo representa aproximadamente 2% da população total não solteira em Cabo Verde e cerca de 3,4% da população da mesma idade.

⁷ 2463 vivem em união de facto, 215 são casadas e as restantes 195 encontram-se noutras situações

A taxa de incidência da população não solteira varia entre 1,3% para o concelho de Paul e 7,3% para o do Maio, valor muito aquém da média nacional. Quanto ao sexo importa realçar que entre a população não solteira, 2.556 são do sexo feminino. Nestas, 172 são casadas e 2210 vivem em união de facto. Cerca de 13% destas raparigas encontram-se a frequentar uma escola em que a maioria atingiu o nível secundário.

Embora estas informações não são relevantes do ponto de vista estatístico, não deixam de ter alguma relevância socio-cultural pela importância que poderão assumir, do ponto de vista social, sobretudo numa fase em que é discutida a legalidade de certas medidas restritivas à frequência do ensino secundário em relação às raparigas grávidas.

As crianças portadoras de deficiência correspondem a um contingente de 3157 indivíduos, o que equivale a cerca de um quarto da população total portadora de deficiência em Cabo Verde e 2% do total das crianças. As menores de 15 anos correspondem a 81%, e as com idade de frequentar o EBI (6-14 anos) a cerca de dois quartos. Quase metade destas crianças é portadora de alguma deficiência motora, sendo 45% portadora de uma deficiência incluída na categoria de outra e as restantes 7% é portadora de deficiência múltipla. Um pouco mais de um terço das com idade compreendida entre 4-17 anos encontram-se *fora do sistema escolar*.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

- 1) Os Governos que se seguiram à Independência têm feito esforço notório para a concretização dos direitos da criança. Entretanto, esses direitos, consagrados na Lei e sustentados em declarações políticas, não beneficiam na prática, todos os cidadãos do país;
- 2) As crianças representam quase metade da população total do país. Existem algumas disparidades a nível dos concelhos no que se refere à sua taxa de incidência por concelho;
- 3) Existem casos de crianças cujas condições de sobrevivência e desenvolvimento estão condicionadas pelo facto de assumirem as funções de chefe de família, ou por viverem em união com o chefe do agregado. Em situação difícil encontram-se também o número significativo de crianças que não possuem qualquer relação de parentesco com o chefe dos agregados onde vivem;
- 4) Em Cabo Verde constata-se a situação em que os pais “abandonam os filhos”, deixando-os ao cuidado dos avós, principalmente nos primeiros anos de vida;⁸
- 5) A complexa estrutura familiar existente em Cabo Verde em que um terço de crianças vivem só com a mãe e cerca de cinco mil vivendo sem nenhum dos progenitores, reflecte de forma directa e negativa na saúde, educação e instrução das crianças,

⁸ Ver Contexto socio-cultural pagina 3

afectando o seu bem estar. Esta situação exige muitas vezes da mulher esforços adicionais com maior participação no mercado de trabalho e na maioria dos casos com o envolvimento dos filhos;

6) Grande parte das crianças vivem numa situação socio-economica e ambiental *incompatível* com boas condições de saúde e higiene. Com a ausência de um sistema de saneamento e escassez da água, não é difícil entender-se a elevada prevalência de doenças diarreicas e respiratórias apontadas pelas instituições sanitárias como principais causas da mortalidade e morbilidade infantil;

7) Apesar do acesso à educação constituir um desafio das autoridades e dos pais e encarregados de educação, ainda existe uma proporção significativa de crianças que se encontram fora do sistema escolar;

8) Apesar da existência de leis, no país, que proíbem a contratação laboral de menores, existe uma proporção significativa de crianças dos 10-17 anos que trabalham. As que se encontram em idade de escolaridade escolar obrigatória, representam cerca de 2% do total da população empregada em Cabo Verde;

9) A maioria das crianças trabalham para as famílias. Existe também uma proporção significativa que trabalha por conta própria;

10) A população dos 12-19 anos que se encontra na situação de união ou que rompeu a união, constitui um grande problema social com dupla violação dos seus direitos. Ela representa cerca de três por cento da população da mesma idade.

11) As crianças portadoras de deficiência representam uma proporção bastante significativa da população total portadora de deficiência em Cabo Verde, representando as menores de quinze anos a maioria.

RECOMENDAÇÕES

Esforços devem ser envidados no sentido de:

- 1) melhorar as condições ambientais, de saneamento e acesso à água potável sem as quais as condições de sobrevivência e desenvolvimento das crianças ficam muito reduzidas;
- 2) haver maior expansão da rede do pré-escolar de forma a que este subsistema seja acessível a toda a população alvo. Deve-se também criar mecanismos que garantam:
 - a obrigatoriedade de frequência ao ensino básico;
 - o sucesso escolar e a permanência no sistema;
 - criação de opções alternativas para as crianças que completam a escolaridade obrigatória e que não continuam os seus estudos por razões económicas/sociais;

- 3) erradicar de forma progressiva o trabalho das crianças menores de 18 anos;
- 4) criar um sistema eficiente de fiscalização de trabalho de menores;
- 5) regulamentar o trabalho domestico para as crianças menores de 14 anos ;
- 6) sensibilizar os pais, responsáveis das crianças e sociedade em geral para os problemas ligados ao trabalho infantil, principalmente para os que tem a ver com saúde, educação e higiene;
- 7) criar condições para correcta e suficiente informação das crianças e adolescentes sobre questões concernentes à sexualidade e reprodução;
- 8) garantir a igualdade de oportunidades sociais e educacionais para as crianças portadoras de deficiência, facilitando a sua reabilitação social e reintegração física;
- 9) encaminhar a política assistencial no sentido de perceber as crianças, e famílias pobres não como feixes de necessidades mas como sujeitos de direitos garantidos na Constituição e ainda não realizados na pratica;
- 10) integrar na política de assistência social as crianças que sofrem de carência económicas, que têm atraso escolar e pré-escolar, portadoras de deficiência, e as que necessitam de frequentar estabelecimentos infantis e outros similares em função do trabalho dos pais;
- 11) ajustar o actual Sistema de Protecção Social ao novo contexto sócio-económica, nomeadamente às prestações de abono de família, subsidio de aleitamento e a menores deficientes, de forma a permitir às famílias que carecem de protecção, condições que lhes permitam cumprir o seu papel social e garantir às crianças cuidados indispensáveis ao desenvolvimento.**

Apesar do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2000 constituir uma fonte muito rica de dados quantitativos sobre as crianças, existem questões que infelizmente não podem ser respondidas no âmbito desta operação. Assim recomenda-se que outros estudos sejam realizados no sentido de aprofundar as seguintes questões:

- 1) a elevada diferença da proporção de crianças entre o, concelho de Santa Cruz e Boavista;
- 2) a existência da maior proporção de crianças em união e chefes de agregado no Maio;
- 3) elevada proporção de crianças de 6-14 anos que se encontram fora do sistema escolar no concelho de S. Miguel;
- 4) a caracterização socio-economica:
 - da população dos 12-19 anos não solteira com impacto no seu desenvolvimento, segurança e dignidade;
 - das crianças de (na) rua, das crianças com dificuldades de integração social;
 - das crianças trabalhadoras nos principais centros urbanos do pais.

ANEXO

Quadro A1: População dos 0-17 anos
segundo relação de parentesco com o chefe do agregado
relação de parentesco com o chefe do agregado
familiar
por sexo e idade

Sexo e idade	Total	Relação de parentesco com o chefe do agregado familiar									
		Chefe	Cônjuge	Filho	Irmão	Neto	Genro	Sobrinha	Enteada	Outro parentesco	Sem parentesco
Total	211854	250	471	144647	1581	44973	282	6905	4731	3200	4814
0	9947			6269	7	3096		249	21	150	155
1	10396			6661	6	3125		250	41	150	163
2	11112			7216	20	3215		298	73	126	164
3	11146			7220	19	3184		312	106	127	178
4	11879			7859	27	3132		344	168	137	212
5	12648			8541	20	3193		349	190	152	203
6	12419			8484	34	2982		353	202	149	215
7	12582			8625	42	2871		383	283	154	224
8	13193			9191	47	2774		414	336	161	270
9	12834			8993	62	2609		390	334	161	285
10	13452			9429	101	2586		465	413	190	268
11	12494			8816	99	2331		432	365	169	282
12	13261	7	5	9336	96	2380	2	481	420	199	335
13	12219	8	8	8620	133	2055	3	477	407	175	333
14	11330	19	16	8014	163	1688	16	442	419	224	329
15	10706	31	33	7632	180	1415	32	407	350	242	384
16	10403	53	131	7162	256	1249	91	457	334	287	383
17	9833	132	278	6579	269	1088	138	402	269	247	431

N. B. Existe uma diferença de 1254 crianças que corresponde às não respostas

Quadro A10: Repartição da população dos 12-19 anos por estado civil segundo sexo

Sexo e Idade	Estado civil						
	Total	Solteiro	Casada	União de facto	Divorciado	Separado	Viúvo
Total	83.386	80.513	215	2.463	2	183	10
<16	45.842	45.628	40	159	0	9	6
16-19	37.544	34.885	175	2.304	2	174	4
Masculino	41.143	40.826	43	253	0	16	5
<16	22.458	22.415	11	28	0	1	3
16-19	18.685	18.411	32	225	0	15	2
Feminino	42.243	39.687	172	2.210	2	167	5
<16	23.384	23.213	29	131	0	8	3
16-19	18.859	16.474	143	2.079	2	159	2

Quadro A11: População dos 0-17 anos portadoras de deficiência segundo tipo por sexo e idade

Sexo e idade	Total	Deficiência motora					Outras deficiências					Motora e outra
		Paralesia cerebral	Paralesia total	Paralesia membro/lado	Outras motora	Múltipla motora	Mental	Cego	Surdo	Mudo	Múltipla	
Total	3157	49	54	254	1158	26	285	572	366	79	103	211
0-3	252	5	8	21	134	2	7	21	25	0	6	23
4-5	273	5	8	22	104	2	14	49	22	12	19	16
6-14	2038	24	28	134	714	21	196	390	277	55	65	134
15-17	594	15	10	77	206	1	68	112	42	12	13	38
Feminino	1428	17	28	99	522	12	135	261	169	33	56	96
0-3	120	3	1	12	62	1	4	9	11	0	2	15
4-5	123	0	7	9	41	1	6	27	8	7	12	5
6-14	937	7	14	50	335	10	96	171	132	22	38	62
15-17	248	7	6	28	84	0	29	54	18	4	4	14
Masculino	1729	32	26	155	636	14	150	311	197	46	47	115
0-3	132	2	7	9	72	1	3	12	14	0	4	8
4-5	150	5	1	13	63	1	8	22	14	5	7	11
6-14	1101	17	14	84	379	11	100	219	145	33	27	72
15-17	346	8	4	49	122	1	39	58	24	8	9	24

Quadro A2: População dos 0-17 anos residente no meio rural segundo relação de parentesco com o chefe do agregado, por sexo e idade

Sexo e idade	Relação de parentesco com o chefe do agregado familiar										
	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Irmão	Neto	Genro	Sobrinha	Enteada	Outro parentesco	Sem parentesco
Total	104827	94	202	70637	638	25605	214	2828	1496	1349	1764
0	4773			2848	2	1724		79	9	65	46
1	5157			3139	2	1776		111	9	57	63
2	5652			3528	12	1832		131	25	55	69
3	5819			3665	8	1866		140	30	42	68
4	6190			4001	12	1829		160	45	65	78
5	6455			4251	5	1835		154	66	66	78
6	6417			4275	17	1734		160	78	68	85
7	6528			4413	28	1682		156	93	68	88
8	6662			4551	23	1629		181	114	61	103
9	6574			4529	20	1569		177	101	75	103
10	6850			4699	55	1532		219	137	92	116
11	6322			4401	45	1340		206	113	89	128
12	6619	5	3	4645	43	1368	2	180	141	92	140
13	5792	3	5	4089	58	1126	3	195	116	73	124
14	5259	10	6	3797	58	891	9	171	121	84	112
15	4860	11	10	3543	69	713	24	139	113	100	138
16	4610	20	46	3284	99	622	68	162	97	104	108
17	4288	45	132	2979	82	537	108	107	88	93	117

NB: existe uma diferença de 560 que corresponde às não respostas

Quadro A 7: Agregados familiares com crianças residentes no meio urbano
segundo numero de divisões usadas para dormir por numero de crianças e sexo do chefe

Numero de crianças e sexo	Numero de divisões usadas para dormir						
	Total	1 div	2 div	3 div	4 div	5 +	NR
Total	53704	22894	17749	9248	2218	898	697
0	14366	9747	2809	1147	245	120	298
1	10444	4977	3368	1548	340	104	107
2	10582	3808	4028	2092	409	138	107
3	7617	2209	3102	1698	376	147	85
4	5014	1158	2157	1196	319	139	45
5	3010	610	1282	764	234	95	25
6	1484	253	577	450	118	70	16
7	685	82	272	203	87	34	7
8	277	31	96	82	48	17	3
9	122	14	34	34	27	11	2
10+	103	5	24	34	15	23	2
Masculino	32915	14009	10504	5904	1449	592	457
0	9848	6942	1641	762	184	92	227
1	6033	2807	1914	952	233	62	65
2	6321	2052	2489	1355	273	93	59
3	4420	1095	1860	1100	228	90	47
4	2897	598	1250	742	191	94	22
5	1777	309	754	481	154	62	17
6	908	137	345	296	76	45	9
7	411	48	156	125	55	22	5
8	162	13	55	46	32	13	3
9	71	5	26	21	15	3	1
10+	67	3	14	24	8	16	2
Feminino	20789	8885	7245	3344	769	306	240
0	4518	2805	1168	385	61	28	71
1	4411	2170	1454	596	107	42	42
2	4261	1756	1539	737	136	45	48
3	3197	1114	1242	598	148	57	38
4	2117	560	907	454	128	45	23
5	1233	301	528	283	80	33	8
6	576	116	232	154	42	25	7
7	274	34	116	78	32	12	2
8	115	18	41	36	16	4-	
9	51	9	8	13	12	8	1
10+	36	2	10	10	7	7-	